

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA
EM VINTE E QUATRO DE JULHO DE
DOIS MIL E TREZE**

No dia vinte e quatro de Julho de dois mil e treze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão extraordinária de 2013 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com o seguinte ponto único:

-Universidade, Alta e Sofia Património Mundial da UNESCO – honra e responsabilidade para o Município e para o País.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Maló de Abreu, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Carlos Alberto Nunes da Silva, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Maria Helena Cavaleiro Costa B. Moura Ramos, Vasco Jorge Antunes da Cunha, Olinda Maria Martinho Gonçalves de Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Maria Helena Silva Santos Mendes, António Moisés Geraldês da Silva, Joana Margarida Alves Martins, Francisco Lencastre Campos, Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca.

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Mantas Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Alexandre Barros, António Pinto dos Santos, Francisco de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, e Artur Jorge Cunha Ferreira.

Faltaram justificadamente os Presidentes de Junta de Freguesia de St^a Clara José Augusto Silva Simão e o Presidente da Junta de Freguesia de Taveiro José Maria Barroca.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, António José da Costa Sequeira, André Gonçalo Dias Pereira e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Manuel Veloso da Costa, Nuno Filipe Reis da

Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Mário Lebre Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Pinto Ângelo, Maria Isabel Silva Pimenta e Melo e Isabel Margarida Silva Fonseca.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vítor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, José António Pinto Belo, Paulo Jorge Carvalho Leitão e António Manuel Vilhena, Carlos Manuel Dias Cidade, João Pedro Fernandes Trovão.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade como Primeiro Secretário, e Anabela Ponces Ferraz de Almeida como Segundo Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do art.º 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida**, pelo período de 5 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Maria Helena Silva Santos Mendes**.

Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha**, pelo período de 3 dias com início a 26 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Horácio José da Paz Santiago**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo tesoureiro do Executivo da Junta – **Mário Lebre Veloso**, nos termos do mesmo diploma.

Para esta Sessão Extraordinária cujo tema a debater é Universidade, Alta e Sofia Património Mundial da UNESCO – honra e responsabilidade para o Município e para o País, foram convidadas as seguintes entidades:

- Reitor da Universidade de Coimbra – Prof. Doutor João Gabriel Silva**
- Ex- Reitor da Universidade de Coimbra – Prof. Doutor Seabra Santos**
- Prof. Doutor Raimundo Mendes da Silva – Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra**
- Dra. Ana Paula Amendoeira - Historiadora**
- Representante da Comissão Nacional da Unesco – Dra. Maria José Morais Pires**
- Diretora do Museu Nacional Machado de Castro – Dra. Ana Alcoforado**
- Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Engº António Magalhães Cardoso**
- Diretora Regional da Cultura – Dra. Celeste Amaro**
- Dra. Matilde de Sousa Franco**
- Dr. Nuno Ribeiro Lopes**
- Engº Sidónio Simões**

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal - Prof. Doutor Manuel Porto:

Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas aos convidados.

Disse que esta era uma sessão sugerida por um grupo político, e foi assumido que houvesse esta sessão extraordinária que teve grande efectividade desde logo na imprensa.

Os grupos municipais reuniram, e elaboraram um texto que irá ser posto à votação no fim desta sessão.

Por isso, passo a lê-lo antes das intervenções que irão fazer.

“Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, Património da Humanidade” Projecto de Resolução Comum

Considerando:

1. A importância histórica do reconhecimento pela UNESCO da valia universal do Património que Coimbra, a sua Universidade e sua Academia oferecem ao Mundo;
- II. O orgulho legítimo da Cidade e da sua Universidade em terem sabido manter, apesar das vicissitudes do tempo, as peças vivas da sua identidade e apresentá-las com êxito ao julgamento da mais alta autoridade cultural do Mundo;
- III. A honra de que se louvam a Universidade e a Cidade de Coimbra de terem, numa parceria exemplar, feito reconhecer, universalmente, os atributos do espaço material e o legado imaterial da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, como elementos estruturantes da cultura e nacionalidade portuguesas.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão extraordinária delibera:

1. Manifestar o seu contentamento pela qualificação atribuída pela UNESCO e louvar a Universidade e o Município pelo impulso que souberam dar à candidatura;
2. Saudar todos os que, nos diversos níveis institucionais e de responsabilidade, deram o seu melhor para o êxito da candidatura, fazendo ressaltar com imaginação, conhecimento e sensibilidade todas as virtualidades do projecto harmoniosamente combinadas numa ideia vencedora;
3. Reconhecer as indiscutíveis potencialidades que a qualificação de Património da Humanidade traz ao nosso espaço urbano e universitário, no plano da afirmação internacional e europeia, no turismo científico e cultural e na centralidade do conhecimento e da investigação, mais-valias que podem dinamizar um novo paradigma de desenvolvimento da Cidade e Região;
4. Incitar as autoridades académicas e municipais a aprofundarem a parceria que levou ao sucesso, afinando todas as possibilidades de concertação, diálogo e consulta recíproca, na implementação dos projectos existentes e daqueles que vierem a ser considerados;
5. Estimular com todos os meios ao seu alcance, um uso adequado dos espaços qualificados em observância da supremacia do interesse público e em consonância com os valores que justificam a qualificação de Património da Humanidade, preservando assim a sua vocação cultural;
6. Garantir a fruição pública dos bens qualificados como Património da Humanidade de harmonia com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação;
7. Apoiar todas as iniciativas públicas e privadas que aproveitem das novas condições urbanas, económicas e sociais potenciadas pela qualificação, recuperando o centro histórico da Cidade de Coimbra;
8. Afirmar as responsabilidades da Cidade, da Universidade e do Governo na disponibilização de recursos que possam dar viabilidade e consistência às exigências de um tempo novo para Coimbra e seu termo;
9. Mobilizar por via de uma ampla campanha de esclarecimento a opinião pública de Coimbra para uma nova atitude cívica de preservação, requalificação e revitalização dos espaços públicos, em especial os envolventes à qualificação;
10. Exigir que o Estado reconheça a Universidade, a Alta e Sofia como acervo de bens culturais de excepcional importância e grande relevância civilizacional.

Os Proponentes:

Moisés Silva, “Por Coimbra”

Luís Marinho, “Partido Socialista”

Pinto Ângelo, “CDU”

Serafim Duarte, “Bloco de Esquerda”

Torres Farinha, “Pina Prata, Agora Sim”

Intervenção do ex – reitor da Universidade de Coimbra - Seabra Santos

“A inscrição da Universidade de Coimbra: Alta e Sofia na lista de Património Mundial da UNESCO no passado dia 22 de Junho, encerra com chave de ouro dez anos de intensos mas bem sucedidos esforços de preparação do dossiê de candidatura, cuja intenção foi formalmente anunciada pela Universidade ao Governo português, por ofício do Reitor de Julho de 2003. De entre os vários momentos que pontuaram este período, destacarei como os mais relevantes,

- a 14 de Maio de 2004, o parecer da Comissão Nacional da UNESCO que inclui a Universidade de Coimbra na Lista Indicativa de bens susceptíveis de virem a ser por ela propostos como candidatos;
- em Outubro de 2004, a constituição e início de funções do Gabinete de Candidatura à UNESCO, coordenado pelo Arquitecto Nuno Ribeiro Lopes e constituído, no total dos sete anos em que funcionou, por 32 arquitectos, historiadores, historiadores de arte, arqueólogos, engenheiros, informáticos e conservadores/restauradores, ao qual foi atribuída a responsabilidade técnica de preparação do dossiê de candidatura;
- em 9 de Março de 2005, a realização da primeira reunião da Comissão Científica da Candidatura, constituída por 32 professores e investigadores em áreas científicas consideradas relevantes;
- de Fevereiro a Julho de 2005, a celebração de protocolos com o Episcopado de Coimbra, com a Santa Casa da Misericórdia, com o Instituto Português de Museus, com o IPPAR, com o IPPA, com a Região de Turismo do Centro e com a Associação Académica de Coimbra;
- de 27 a 29 de Abril de 2006, a realização do 1 WHPO;
- em 21 de Janeiro 2008, o apoio público do Presidente da República à candidatura, no decurso do Roteiro para o Património em sessão realizada no Museu da Ciência;
- em 27 Novembro de 2008, a assinatura de uma declaração dos Reitores e representantes das 50 Universidades brasileiras fundadoras do GCUB de apoio expresso à Candidatura da Universidade de Coimbra;
- em 3 de Julho de 2009, a atribuição do Europa Nostra /European Union Price for Cultural Heritage, pela intervenção na Via Latina;
- em Dezembro de 2010, a entrega formal ao Governo português, na pessoa do e Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, Embaixador Andresson Guimarães, do dossiê de candidatura.

Ao celebrarmos, como aqui fazemos hoje, a inscrição da Universidade de Coimbra na lista do Património universal da UNESCO, estamos a celebrar o sucesso da concretização de uma estratégia ganhadora de abertura da Universidade ao mundo, da qual este projeto foi simultaneamente a mais visível bandeira e o mais gostoso resultado e cuja paternidade gostaria de partilhar com os Reitores Rui de Alarcão e Fernando Rebelo, que me antecederam no cargo, bem como com o atual Reitor, caro colega e amigo Doutor João Gabriel Silva, que soube acompanhar e conduzir o processo até ao seu feliz desenlace. Quero igualmente recordar os nomes dos Vice-Reitores doutores Jorge Veiga, António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins, João Carlos Marques e Pedro Manuel Saraiva, bem como a competente colaboração dos Pró-Reitores para a Cultura e o Património João Gouveia Monteiro, António Filipe Pimentel e José António Bandeirinha, e ainda do então Pró-Reitor e atual Curador da Candidatura, Raimundo Mendes da Silva.

Como antecedentes históricos desta candidatura, seria injusto omitir os esforços desenvolvidos pela Dra Matilde de Sousa Franco, então Diretora do Museu Nacional Machado de Castro, através do Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos” realizado entre 1981 e 1983, bem como pelo saudoso Dr. Mário Nunes que, enquanto Presidente do Grupo de Arqueologia e Arte de Coimbra, e na sequência do “Encontro sobre a Alta de Coimbra” promovido em 1987, defendeu a classificação desta zona da cidade.

A decisão que tomei em 2003 de candidatar a Universidade de Coimbra:

Alta e Sofia, e não o Centro Histórico, ou a Alta da Cidade, ou o Núcleo Histórico, ou o Paço das Escolas, como havia sido sucessivamente sugerido pela Dra. Matilde Sousa Franco, pelo Dr. Mário Nunes, pela Câmara Municipal e pelo Prof. António Filipe Pimentel, teve como enquadramento e justificação a necessidade de maximizarmos as hipóteses de sucesso face às exigências da UNESCO relativamente à excepcionalidade do Bem e do seu estado de conservação, bem como à importância de valorizar outros critérios igualmente decisivos: o Património em Rede e a componente imaterial do Património. Por outro lado, esta opção deu à Universidade a capacidade para gerir a preparação do dossiê e de todo o processo de candidatura, que de outra forma ela não teria, nomeadamente a possibilidade de angariar e de alocar os recursos humanos e materiais necessários.

Ao mesmo tempo, e como hoje é absolutamente evidente pela simples leitura do mapa da zona classificada e da zona de proteção, houve o cuidado de definir os limites do bem de forma a que toda a cidade, e não apenas a Universidade, pudesse beneficiar com a classificação.

É aqui o momento de testemunhar o apoio empenhado que o então Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Carlos Encarnação, desde sempre deu a todo o processo sem o qual, aliás, ele não teria podido concretizar-se e embora não me compita pronunciar sobre o período mais recente, não quero deixar de incluir nesta mesma palavra de reconhecido agradecimento, com a devida autorização do Reitor João Gabriel Silva, a contribuição ativa, imprescindível para o desfecho final favorável, do atual Presidente, Dr. João Paulo Barbosa de Meio.

Retorno e redescoberta da Alma Mater Conimbricensis, a classificação da Universidade de Coimbra como património da Humanidade é, portanto, fermento de uma nova e desejada síntese, onde a velha Aeminium romana se entrelaça com a venerável Qulumbryia islâmica e se transforma em lugar de encontro de povos e de civilizações, palco de avanços e de recuos da linha que separava dois mundos, dois poderes e três religiões, no tortuoso devir da organização do novo Estado nascente, berço de uma nova forma de falar que há de abraçar o gosto pelos livros e pela retórica, aceitando mais tarde o primado da linguagem experimental, indo depois à procura das leis da sociedade e da natureza e projetando-se nesse espaço sagrado da intemporalidade que dá sentido à vida porque permite aos homens a busca incessante do conhecimento e da inovação.

Neste processo de fruição de um tempo coletivo, são inúmeros os episódios em que a secular história de Coimbra e da sua Universidade se cruza com o desenvolvimento, a emancipação e o progresso de todos os povos que falam português e é por sua vez influenciada pela história e pela cultura desses povos. O nosso imaginário colectivo tem um recanto em comum. Homens e mulheres a tecer destinos, portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses, goeses, macaenses e timorenses, em andanças e desandanças do tempo, hoje decantadas em História, em memória e em lenda. De certa forma, Universidade de Coimbra não é só de Coimbra, nem apenas de Portugal. É a Universidade de todos os que se sentem irmanados por esta nossa língua, é a matriz cultural do espaço da lusofonia.

A intenção da classificação da Universidade de Coimbra como Património Mundial não resultou, pois, de uma mera atitude contemplativa, antes significou e significa um desejo de transformação do espaço físico e de valorização do

património intangível e uma profunda determinação na mudança das mentalidades e das atitudes. Esta transformação é exigida e sentida pelos que vivem quotidianamente a Universidade de Coimbra e a cidade e por aqueles que, mesmo estando longe, as sentem como um legado comum da humanidade.

E é assim que o reconhecimento da Universidade de Coimbra pela UNESCO como referência intemporal da língua e da cultura portuguesas, e como marca perene e incontornável da presença portuguesa no mundo, não se refere apenas ao passado, mas à constatação de uma realidade atual, a de termos em Coimbra a maior Academia brasileira no estrangeiro, na sequência da constituição do Grupo Coimbra de Universidades brasileiras formado pelas mais importantes Universidades daquele País, visando o intercâmbio com a Europa e colocando a Universidade de Coimbra, no século XXI, no vértice de uma política de aproximação entre as Universidades europeias e as Universidades brasileiras.

E é assim que a classificação da Universidade de Coimbra pela UNESCO como uma das fontes históricas do conhecimento europeu e vértice das redes de intercâmbio entre mestres e estudantes das Universidades medievais, encontra igualmente uma referência atual no grupo das mais prestigiadas universidades europeias que esteve na base do lançamento do maior programa de mobilidade universitária mundial, o Programa ERASMUS, e que nos honrou ao escolher o nosso nome. Falamos, obviamente, do Coimbra Group.

E é assim que o reconhecimento da Universidade de Coimbra pela UNESCO, pela sua atividade em prol da formação e moldando o carácter de um povo que faz da disponibilidade para a compreensão dos outros e para o diálogo intercivilizacional uma das suas competências mais apreciadas no mundo, não se reporta apenas às nossas responsabilidades, como nação e como Universidade, perante o imenso património construído — fortalezas, igrejas, palácios, habitações, estruturas urbanas - que ficou da presença portuguesa em África, na América e na Ásia, mas também à constituição da Rede de Património Mundial de Origem ou Influência Portuguesa, a WHPO, que a Universidade de Coimbra montou em conjugação com o então IGESPAR, com a Comissão Nacional da UNESCO e com o Comité Português do ICOMOS, cujas primeiras iniciativa reuniram em Coimbra, em 2006 e em 2010, representantes de mais de vinte Países e que nos colocam, no século XXI, em posição privilegiada de interface entre a UNESCO e esta extensa rede mundial de bens.

E é assim, finalmente, que ao valorizar a componente imaterial do bem classificado (a vida e a tradição académica, as Repúblicas, o Fado ...) a UNESCO está igualmente a dizer-nos que Coimbra tem agora mais encanto na hora em que se despede dos seus Velhos do Restelo e se reencontra com a região, com o País e com o mundo.

Mas esta candidatura tem ainda um outro mérito: o de transformar um significativo conjunto de investimentos isolados, alguns já concretizados, que de qualquer modo teriam que ser feitos em Coimbra e na sua Universidade, num programa consistente e coerente respondendo a uma estratégia concertada de formação de recursos humanos e de valorização do território, que identifica e congrega as nossas especificidades e faz delas factores de competitividade para o desenvolvimento da cidade, da região e do País.

Refiro-me, por exemplo, às intervenções efectuados num passado mais ou menos recente em Coimbra, em matéria de preservação do seu património edificado: o Convento de Celas, a Igreja de Santa Cruz e a Praça 8 de Maio, a Sé Velha, a Sé Nova, o Aqueduto de S. Sebastião, o Convento de Santa-Clara-a-Velha, o Paço das Escolas, o Museu da Ciência, o Museu Nacional Machado de Castro, o Convento de S. Francisco, o Colégio da Trindade, o Colégio da Graça, estas últimas três ainda não concluídas.

É agora obrigatório complementar este esforço com mais alguns anos de investimento e garantir à Câmara Municipal e à Universidade os meios necessários à concretização do chamado “Plano de Gestão do Bem Classificado”. A estratégia de recuperação da Baixa e da Alta, por exemplo, áreas que constituem os mais notáveis exemplos ainda existentes no nosso País, pela qualidade, extensão e relevância identitária, de um tecido urbano medieval, incluídas na chamada zona tampão, é essencial para o desenvolvimento harmonioso da cidade. A construção da nova Biblioteca da Faculdade de Direito, a instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu no Colégio da Trindade e a construção do Centro de Informação e Documentação da Universidade, são três intervenções estruturantes na zona da Alta universitária e como as outras fundamentais para o sucesso da candidatura.

Trata-se, portanto, de merecer a distinção e de a aproveitar em benefício da Universidade e da Cidade: nos planos da infra-estruturação, mas também nos planos da formação e da investigação científica, da cultura, do turismo, dos serviços públicos de transportes, do ordenamento do território e do planeamento urbano, da captação de indústrias criativas, do incentivo à componente tecnológica da nossa economia local, ao comércio, à hotelaria e à restauração.

O modesto contributo que posso dar aos que têm hoje a responsabilidade de conduzir o processo - em primeiro lugar o Magnífico Reitor, Professor João Gabriel Silva e o Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Paulo Barbosa de Melo - é chamar a atenção para a necessidade de ativar a estrutura de gestão do bem classificado a Associação Ruas, Recriar Universidade Alta e Sofia e de a dotar das competências e recursos necessários para que ela possa responder adequadamente à enormes responsabilidade que já tem perante a UNESCO.

Senhor Presidente, Minhas Senhoras e meus Senhores, existem, em Coimbra, duas cidades.

Uma que se acomoda e compraz à sombra dos seus velhos fantasmas, confortavelmente instalada no tempo e na história, a olhar apenas para si mesma e a reclamar o respeito dos outros pela sua nobreza decadente: a cidade da Termec, da Mondorel, da Triunfo, da Ideal, da Centralcer, da Argus, da Sociedade de Porcelanas, da Estaco, da Agfa, a cidade de tantas outras empresas que não souberam antecipar a necessidade da mudança, e que por isso se afundaram como ela. E depois, há uma outra cidade que se levanta para reocupar o lugar que lhe pertence, a cidade da Critical Software, a cidade da Bluepharma, a cidade da ISA, a cidade da Infogene, a cidade da Criostaminal, a cidade da Active Space Technologies, da Bookmarc e da Quantific. A cidade que aloja a melhor incubadora de base tecnológica do mundo, o Instituto Pedro Nunes, a cidade do ITECONS, do ICNAS e do iPark.

Há uma cidade de casas decrepitas e de monumentos abandonados. De vidros partidos e de telhados abertos à intempérie. De musgo a crescer nas juntas das

pedras, de humidade a escorrer pelas paredes interiores, de estátuas comidas pela força do tempo e pela agressão das chuvas ácidas sobre o calcário macio de Ançã, de pessoas cansadas de remar contra a maré, conformados com a inevitabilidade do desgaste físico dos materiais e da degradação psicológica das vontades. E depois, há uma outra cidade que sabe valorizar o passado, que cuida do seu património, que se revê na fruição colectiva dos espaços entretanto rejuvenescidos, que aprende a tirar partido de uma nova interpretação contemporânea do que é antigo, e a fazer de tudo isso critério de futuro e de desenvolvimento. Uma cidade que se levanta para cuidar do que é seu e para reclamar, e obter, o reconhecimento de um estatuto que há muito lhe pertence como património cultural, que sempre foi, da Humanidade.

Há uma cidade de gentes e de métodos parados no tempo, que tentam sublimar no que ela foi, o desejo do que já não é. Que se satisfaz preparando dossiês em cima do joelho e se completa, extenuada, na suicidária atitude de acreditar que, cito um jornal local do dia 18 de Junho de 2013, “a UNESCO não terá coragem de nos dar uma nega”. Uma cidade que, sentada, cito um jornal nacional de 22 de Junho de 2013, “espera a decisão da UNESCO para recuperar o amor próprio”. Que se flagela porque o processo demorou muito tempo - mas não fez nada para o apressar - e o critica porque afinal, a UNESCO não nos trará mais dinheiro - mas nem sequer reparou que mesmo antes da classificação, apenas o estatuto de candidata já nos tinha garantido mais investimentos e mais visitantes. E ao mesmo tempo há uma outra cidade em Coimbra, que sabe identificar as dificuldades, avaliar realisticamente as suas forças e as suas debilidades, estudar os problemas, tomar as decisões acertadas, que é capaz de elaborar os dossiês, orientar, definir, refletir, trabalhar, defender os seus pontos de vista, discuti-los sem complexos com quem for necessário e levá-los até à suprema consagração da comunidade internacional.

Há uma Coimbra que nunca está satisfeita com o que tem e uma outra que sabe que terá sempre tudo o que for capaz de conquistar e nada do que estiver à espera que lhe dêem.

As divisões de Coimbra já não se colocam no plano da histórica rivalidade entre doutores e futricas, entre Alta e Baixa, entre Universidade e cidade, entre margem esquerda e margem direita, entre Académica e União. Elas encontram-se, hoje, dentro de cada um de nós, entre a tendência para nos voltarmos as costas, ensimesmados do alto dos nossos pergaminhos bolorentos, adormecidos na inércia de um tempo em que as benesses escorriam sem grandes sacrifícios, apenas pelo estalar de dedos, pelo vincar de um sobrolho ou pela mera evocação das razões do passado, à falta de projetos de futuro; e a capacidade para nos redescobriremos na sinergia das instituições da cidade e no imenso potencial do trabalho conjunto, para nos mobilizarmos para fazer Universidade, para nos complementarmos estrategicamente nos objectivos partilhados, para percebermos a necessidade de ir a jogo e descobriremos que temos tudo para o ganhar.

A distância entre estas duas cidades não se mede em quilómetros, mede-se em estados de espírito. Entre o desânimo e o inconformismo, entre o baixar dos braços e o enfrentar os desafios, entre o esconder a cabeça com as mãos para evitar que o céu nos caia em cima e o ir à luta, entre o ladainhar de desgraças e a afirmação de confiança nas nossas capacidades, vai a distância que separa entre os que vão perder e os que vão ganhar. Porque quanto mais duros são os desafios

do presente, mais determinante deve ser a nossa força de vontade e mais gostosos serão os sucessos no futuro.

Onde quer que estejam, pois, os que não viram a cara às dificuldades, é com esses que teremos que contar para as ultrapassar. Os tempos são difíceis, mas são os nossos tempos. E como a ninguém é dado escolher o tempo em que vive, é neste tempo, e não noutro, que devemos tentar fazer a diferença. Cada minuto de lamento é um minuto perdido. Apesar de todas as crises, a vida continua lá fora à nossa espera. E a inscrição da Universidade de Coimbra: Alta e Sofia na lista de Património Mundial da UNESCO é um instrumento poderoso para melhorar as nossas vidas e a ocasião de que precisávamos para começar a compor uma nova canção de Coimbra, o Fado do Futuro.”

Intervenção Prof. Raimundo Mendes da Silva

Universidade, Alta e Sofia Património Mundial da UNESCO - honra e responsabilidades para o Município e para o País

“Cumprimento todos os presentes e, de modo particular, os membros da Assembleia Municipal de Coimbra, na pessoa do seu Presidente, Prof. Manuel Porto, a quem agradeço o amável convite — que muito me honra - para participar nesta sessão dedicada ao futuro de Coimbra, sob a égide da recente inscrição da sua Universidade na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Dirijo também uma palavra especial à Câmara Municipal e à Universidade de Coimbra nas pessoas do Senhor Presidente - Dr. João Paulo Barbosa de Melo - e dos Senhores Reitores - Prof. João Gabriel Silva e Prof. Fernando Seabra Santos.

Não posso deixar naturalmente também de referir a Direcção Geral da Cultura, o ICOMOS Portugal e Comissão Nacional da UNESCO.

Para cumprir o tempo que me é concedido e não esquecer aspetos relevantes, amarrei-me voluntariamente ao texto que vos vou ler nos próximos 20 minutos e ficarei, naturalmente, à vossa disposição para algum contributo adicional que considerem oportuno.

Vou dividir esta intervenção em 4 pontos alinhados com a temática da sessão “Honra e responsabilidades para o Município e para o País”:

- a) Primeiro uma breve nota sobre a “honra” desta inscrição;
- b) Um segundo tempo, mais extenso, sobre as nossas responsabilidades e obrigações;
- c) A que se segue um terceiro tempo sobre os instrumentos que estão - ou devem estar - ao nosso alcance para podermos cumprir tais desígnios;
- d) E, por último, num quarto tempo, muito breve, uma nota mais pessoal com o enunciado de três fortes convicções e de três não menos sérias preocupações sobre esta matéria.

Ponto 1: Da Honra desta Inscrição

No dia 4 de Julho, no Dia da Cidade, a Presidente do ICOMOS Portugal (entidade responsável pelo aconselhamento científico e cultural da UNESCO em matéria de património) dizia:

“O momento é de celebração, porque o espelho do mundo nos devolveu a importância, o valor, a excecionalidade do significado histórico e cultural da Universidade de Coimbra.”

E mais adiante disse que

“Esta foi uma boa candidatura, uma das melhores e mais complexas das que Portugal já apresentou à UNESCO.”

Qualquer que seja a nossa visão, mais ou menos crítica, mais ou menos entusiasmada, da convenção do Património Mundial, hoje e aqui, a inscrição da Universidade de Coimbra na Lista do Património Mundial é um feito notável para Portugal, para Coimbra e para a sua Universidade, que muitos países apoiaram com empenho, com rigor e, em muitos casos, com indisfarçável emoção. E mais notável ainda numa Europa onde cada nova inscrição é cada vez mais discutida ao detalhe, onde o escrutínio se adensa de forma exponencial e onde se adivinha uma progressiva saturação da lista de inscrições, como Património Mundial, que agora crescerá inevitavelmente para outros centros do mundo (na África, na Ásia, etc.),

Ponto 2: Das nossas atuais e futuras responsabilidades

Congratulo-me com o tema desta sessão porque prefiro falar de responsabilidades (ou vontades) do que de obrigações porque, na verdade, a nada fomos obrigados, nem a nada seremos obrigados a partir de agora.

Volto a citar a Dra. Paula Amendoeira, Presidente do ICOMOS, cuja intervenção de 4 de Julho é um documento público e de grande valia para Coimbra, e onde diz:

O reconhecimento de um bem como património da humanidade será aquilo que com ele fizermos. Nada está determinado como sabemos, somos os fazedores da nossa própria história (...). E o futuro é um universo de possibilidades.

Mas acrescenta que:

“No leque dos quase mil bens constantes na lista do património mundial há bons e maus exemplos. Há muito bons e muito maus exemplos. Não devemos, por todas as razões, deixar essa condução à UNESCO. A UNESCO reage, aqui o que se trata é de proagir.”

Proagir é a palavra certa.

E para proagir é preciso conhecer bem as nossas responsabilidades, conhecer bem as estratégias já definidas e trabalhar arduamente no sentido de definir as que sempre estarão em falta.

A Assembleia Municipal, pelo seu estatuto e responsabilidade, tem o direito (e o dever que lhe está associado) de conhecer com detalhe qual é o nosso compromisso com a UNESCO, proposto por Coimbra e pelo Estado Português, de livre vontade, e aceite e validado pelo Comité do Património Mundial.

Esta Assembleia distancia-se, assim, e bem, de uma visão generalista mais leve, eventualmente mais afetiva, que cada um tem o direito de ir encontrando para melhor se rever neste desígnio coletivo e dele, merecidamente, se apropriar.

Permitam-me dividir as nossas responsabilidades em 3 grupos (cujo batismo é, para o bem e para o mal, inteiramente meu). Assim, teremos

Grupo A: As responsabilidades “administrativas” (entre aspas) perante a UNESCO

Grupo B: As responsabilidades “técnicas” (entre aspas também) perante a UNESCO

Grupo C: As responsabilidades culturais, sociais, económicas e políticas não para com a UNESCO, mas, perante a Universidade, a Cidade e o País.

Começamos então pelo grupo A, o das responsabilidades “administrativas” perante a UNESCO.

Estas responsabilidades, ditas administrativas, são, sobretudo, de gestão e acompanhamento do “BEM”.

Numa visão mais simplista podemos confundi-las com responsabilidades meramente burocráticas, mas isso é altamente indesejável mas facilmente evitável.

E Coimbra inovou nesta matéria do “modelo de gestão” do BEM e teve sucesso na avaliação, reconhecimento e encorajamento pelas várias instâncias internacionais, com a conceção e criação da “Associação Ruas” (acrónimo de “Recrutar Universidade Alta e Sofia”) que tem como objetivo fazer a gestão integrada do “BEM” e responder perante a UNESCO, sem limitar ou alterar as prerrogativas das diversas instituições envolvidas, mas forçando-as a um diálogo estruturado, permanente e construtivo que esperamos venha a ter bons resultados na celeridade e legibilidade dos processos, no apoio técnico ao investidor, ao projetista e ao utente.

A “Associação RUAS”, fundada com suporte na Universidade de Coimbra, na Câmara Municipal, na Direção Regional de Cultura do Centro e na Sociedade de Reabilitação Urbana, tem agora mais de 20 associados e está aberta estatutariamente a todos quantos se queiram empenhar na salvaguarda, promoção e valorização do BEM que agora é património Mundial.

A “Associação RUAS” usa maioritariamente, recursos técnicos das instituições parceiras e está já plena em atividade, embora em fase de arranque nalgumas das suas funções.

Desde o início de Junho está disponível informação muito detalhada na INTERNET no endereço da UC / ruas (www.uc.pt/ruas), em português e inglês, incluindo um conjunto de respostas a questões frequentes e o relatório de atividade de 2012.

Falemos então de outro nível de responsabilidades, as de tipo “técnico” (as responsabilidades do grupo “B” neste texto).

Para falarmos das responsabilidades “técnicas” perante a UNESCO é preciso tirar da gaveta o extenso dossier de candidatura (7 volumes e mais de 2000 páginas), cuja primeira missão terminou no dia 22 de Junho no Camboja: a inscrição na Lista do Património Mundial.

E é preciso não só tirá-los da gaveta mas lê-los, estudá-los, discuti-los, operacionalizá-los. Só assim podem cumprir a sua nova e tripla missão: Salvar, promover e valorizar o BEM inscrito na Lista do Património Mundial “Universidade de Coimbra — Alta e Sofia”.

Só assim, estudando e operacionalizando estes dossiers, evitaremos dar razão aos que injustamente acusam Portugal de desperdiçar recursos, de fazer planos e projetos que não concretiza e de mudar de rumo de forma casuística.

Falando do dossier de candidatura, é inevitável começar pelo volume 2 que é dedicado ao Plano de Gestão elaborado, como a UNESCO exige, para um horizonte de 30 anos, onde se caracteriza tecnicamente o “BEM” e o seu estado de conservação e onde se estabelecem estratégias e ações, se estimam custos, se identificam responsáveis e se estabelece um calendário desejável para a sua concretização.

O plano de ação — que faz parte deste plano de gestão — foi aprovado pelas várias entidades envolvidas, nomeadamente pela Câmara e por esta Assembleia Municipal, como certamente todos recordarão, por unanimidade, no dia 27 de Dezembro de 2011. Devo sublinhar que esta decisão e a forma como foi coletivamente aqui tomada “creditou” de forma muito positiva para Coimbra na apreciação do ICOMOS Internacional.

A evolução da concretização do Plano de Ação deve ser reportada periodicamente à UNESCO. Essa é umas das “responsabilidades administrativas” de que já falei. O relatório de 2012 já foi feito, foi disponibilizado antes do Comité do Cambodja e está disponível online para todos quantos o quiserem consultar.

Alguns exemplos das inúmeras ações previstas no Livro 2 (para um horizonte de 30 anos) são a requalificação do Pátio da Universidade e das Escadas de Minerva, a reabilitação da fachada do Colégio de Jesus mas também a requalificação interior, progressiva, do edifício dos Departamentos de Física e Química da responsabilidade da Câmara Municipal recorde-se, por exemplo, nesse mesmo plano de ação, a reabilitação da Torre d’Anto, as intervenções do programa PRAUD ou a requalificação de um conjunto alargado de arruamentos e espaços públicos.

As intervenções realizadas em 2012 pelas diversas instituições estimam-se em cerca de 5 milhões de euros.

E a pergunta fundamental é esta:

•Foram feitas estas intervenções por causa da candidatura? Foram feitas só por causa da candidatura?

E a resposta é claríssima:

•Estas intervenções foram feitas porque as instituições as entenderam importantes para a sua atividade e desenvolvimento e, uma vez que estavam na zona candidata ou zona de proteção, foram integradas num plano que a UNESCO apreciou e validou previamente e com o qual o País se comprometeu.

Num BEM Património Mundial “vivo”, num BEM não “cristalizado”- como é o caso da Universidade e da Cidade que a envolve - nenhuma intervenção deve decorrer apenas da “classificação” mas todas elas devem assumir, como desígnio, contribuir para a valorização desse BEM, sem pôr em causa a sua autenticidade e integridade.

O tempo é sempre curto em matérias desta densidade e por isso não vos maçarei com a necessidade (e a importância) do conhecimento e utilização de outros livros do dossier de candidatura para dar resposta a estes compromissos “técnicos” perante a UNESCO:

•O livro 5 (com cerca de 500 páginas com os planos diretores detalhados para os principais edifícios da zona candidata — públicos e privados - num total de 29, uma vez que não fazia sentido aplicar este modelo de abordagem para a Sé Velha e para Santa Cruz, que perfazem os 31, de que tanto se ouve falar).

•O livro 7, que tem uma síntese sobre os projetos para a zona de proteção mas que naturalmente estão tratados de forma mais detalhada em documentos próprios de outras entidades, em particular da Câmara Municipal.

Se fosse para outro auditório, poderia terminar aqui a descrição deste segundo grupo de responsabilidades — a que chamei responsabilidades “técnicas” perante a UNESCO. Estando na Assembleia Municipal não o posso fazer porque se exige que saiba o detalhe e que conheça com rigor todas as implicações do processo e as suas obrigações, suas responsabilidades e diria melhor com as suas vontades.

Assim, devo referir que, desde a visita do perito do ICOMOS Internacional a Coimbra, em Setembro passado, e até à partida para o Cambodja, se sucederam trocas de informação intensas com os diversos peritos internacionais que analisaram a candidatura e que conduziram a afinações do processo que nos cumpre concluir — e que com sucesso também contribuíram fortemente para a inscrição do Bem já em 2013.

Estou a referir-me às diversas medidas de proteção visual do BEM, incluindo a criação de uma bacia alargada de visibilidade de e para o BEM, muito mais ampla do que a zona de proteção, medidas estas transpostas para o novo Regulamento Municipal desta Zona e para a revisão do PDM, que está em curso.

A UNESCO compreendeu o nosso esforço nesta reta final, compreendeu que refletimos, que discutimos, chegámos a um acordo, prometemos e estamos a cumprir.

Mas, ... responsabilidades de maior peso perante a UNESCO são as que estão a montante da definição destas ações e que as devem inspirar ou, pelo menos, não ser esquecidas.

Estou a falar da preservação e, se possível, valorização dos 17 atributos que a Universidade invocou para justificar o Valor Universal Excepcional, quer os que são de carácter material, quer imaterial e que urge todos conhecermos e recordarmos.

Apenas três exemplos, deixando a todos o desafio de os recordar e assumir:

- 12 Universidade da consolidação, difusão e expansão da língua portuguesa
- 15 Modelo de exposição do património científico
- 16 Modelo de integração do património arqueológico e arquitetónico

Depois de termos falado de responsabilidades “técnicas” e das responsabilidades “administrativas” perante a UNESCO, resta-nos o grupo das responsabilidades ditas “culturais, sociais, económicas e políticas”, perante a Universidade, a Cidade e o país.

É destas, naturalmente, que mais se tem falado.

São responsabilidades que emergem do facto de Coimbra ter um novo alento, de ter uma nova visibilidade, interna e externa; são responsabilidades que sempre tivemos e que, agora, podem e devem ser mais acarinhadas:

- a) A responsabilidade matricial de se assumir como pólo de cultura; uma cultura que cria, que acolhe, que partilha e que dissemina,
- b) A responsabilidade de se assumir como alma mater da cultura e línguas portuguesas e de as projetar como elos fortalecidos da ligação entre povos e culturas
- c) A responsabilidade de aproximar o património cultural a todos quantos o habitam e visitam, através de projetos de cidadania interventiva e responsável e de projetos turísticos de excelência, articulados, imaginativos, polifacetados e sustentáveis;
- d) A responsabilidade de Coimbra assumir a sua marca como motor de uma região, com a qual deve conviver de forma proactiva, da qual usufruiu e para a qual contribui.
- e) A responsabilidade de juntar ao prestígio de investigação e ensino da sua Universidade, o prestígio da história e transformá-lo numa nova oportunidade de afirmação, sonhando, por exemplo, com a criação de um centro UNESCO de categoria 2, de formação avançada na área do património;
- f) A responsabilidade de reclamar o seu estatuto de excelência nacional, já que “Coimbra” e as suas instituições são, nesta matéria de património mundial, apenas gestores locais (ainda que inteligentes e autónomos) de um projeto que, para a UNESCO, é claramente um projeto nacional e assim deve também ser entendido pelo Estado Português;

g) A responsabilidade de transformar esta distinção num incentivo a todos os projetos que melhorem a qualidade de vida e o tecido económico e social, numa perspetiva sustentável.

Aqui, nestas “responsabilidades”, toda a imaginação e energia são bem-vindas. Aqui, nestas “responsabilidades”, toda a liberdade é possível mas toda a articulação é desejável.

A UNESCO não dirá que sim, nem que não. Ficará expectante para criticar e limitar o que puder interferir negativamente com o BEM agora Património Mundial e, eventualmente, mas muito raramente, elogiar este desenvolvimento integrado que se vier a construir alicerçado nas oportunidades criadas pela inscrição na Lista do Património Mundial.

No plano que tracei para esta apresentação prometi-vos 4 pontos:

- 2 já tratados: sobre a honra da inscrição e sobre as nossas responsabilidades
- 2 que tratarei agora da forma muito breve breve:
 - os instrumentos que temos à nossa disposição
 - algumas notas de esperança e de preocupação

Ponto 3: que instrumentos estão - ou devem estar - ao nosso alcance para podermos cumprir estes desígnios já enunciados?

Cada um dos projetos que referi - ou que estivermos a imaginar - tem instrumentos próprios, que não vamos, naturalmente, mudar: instrumentos de ordenamento, instrumentos financeiros, técnicos, científicos ou de gestão.

Enumerá-los — ainda que de forma resumida — e tentar identificar a melhor forma de os potenciar para este projeto global específico, é tarefa longa, difícil que não cabe nesta sessão mas para a qual a todos somos convidados.

Limito-me, pois, — e do modo mais informal — a dar alguns exemplos de instrumentos de índole diversa que não devem ser desprezados:

- A possibilidade de uma franca mobilização do plano regional 2014-2020, para concertação de prioridades e atração de investimentos,
- A recente aprovação de 3 “Áreas de Reabilitação Urbana” para Coimbra, instrumentos determinantes para a regeneração urbana muito para além da vertente física das construções e dos espaços públicos
- A existência de um novo Regulamento de Gestão Urbanística para toda a zona antiga mais consolidada da cidade (e também ele aprovado por unanimidade)
- O conhecimento e a investigação da Universidade de Coimbra, já produzidos e a produzir, no domínio da regeneração urbana, do turismo, do desenvolvimento, nas suas perspetivas mais latas e pluridisciplinares.

Deve sublinhar-se a importância das “Áreas de Reabilitação Urbana” (as ARUS da Alta, da Baixa e da Beira-Rio). São instrumentos determinantes e que fazem parte da estratégia apresentada ao ICOMOS e à UNESCO.

São documentos que é imprescindível conhecer, discutir e concretizar.

(Ponto 4): e para terminar, três convicções e três preocupações.

Estou convicto de que:

- a) As exigências de qualidade técnica e o rigor impostos pela UNESCO / ICOMOS para as diversas intervenções a fazer na Universidade e na Cidade correspondem ao que, na verdade, sabemos e queremos fazer, faltando apenas um pequeno mas importante passo para a sua implementação em velocidade de cruzeiro seja feita da forma mais global e com custos controlados.
- b) (estou convicto de que) A nova condição de Coimbra lhe trouxe novas responsabilidades, sem dúvida, mas que, de entre elas, as mais exigentes não são

as que a UNESCO nos impõe (e a chamei responsabilidades “técnicas” e “administrativas”), mas sim as que decorrem de um avivar da consciência cultural, económica e social.

c) (estou convicto de que) Esta inscrição na lista de Património Mundial tão singular pela sua natureza e pela ligação da Cidade e da Universidade - é uma oportunidade única mas que só terá sucesso se for encarada como um desígnio transversal de toda a cidade e toda a região.

Considero que deve ser motivo de preocupação (ou antes, de redobrada atenção):

a) O risco do rápido abrandamento da ambição do projeto face à eventual lentidão dos resultados

b) (tal como) O risco do imprevisto fácil, mesmo quando há documentos orientadores, e que é tão perigoso quanto uma reflexão obsessiva e redundante, de costas voltadas para ação.

c) (deve ainda ser motivo da maior atenção) A escala do BEM e do núcleo urbano mais antigo que coincide com a zona de proteção (mais de 100 hectares e mais de 2000 edifícios) e o tempo, cujo relógio não para e gira em sentido contrário à conservação dos edifícios e à qualidade de vida dos seus habitantes e utilizadores. A todos vós agradeço a oportunidade tive de trazer este contributo para a identificação das nossas melhores responsabilidades perante esta singular e tão longamente esperada inscrição na Lista do Património Mundial.

E se me derem a liberdade de sugerir uma responsabilidade maior do que as outras, diria que é a de contribuir ativamente para que este projeto tenha sempre a escala universal que lhe é devida, sabendo que, para isso, teremos todos os dias que sair da nossa zona de conforto e procurar a melhor crítica, o melhor saber e o melhor apoio que esta janela que se abriu para o Mundo nos permitir.

Muito obrigado.”

Intervenção do representante da Unesco – Dra. Maria José Morais Pires

“Tenho muito gosto em estar aqui hoje em representação da Presidente da Comissão Nacional da UNESO, Embaixadora Ana Martinho que por motivos de agenda não pode hoje estar aqui presente, mas, que se associa a esta cerimónia para celebrar a inscrição do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Este merecido reconhecimento do valor universal excecional de um lugar e de uma instituição que fazem parte da história da identidade do nosso País, é apenas uma etapa do longo e meritório caminho que a Universidade de Coimbra tem percorrido para levar o saber e o conhecimento aos quatro cantos do mundo.

A Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, é o 15º Bem português a ser inscrito na lista de Património Mundial.

Trata-se de uma das poucas Universidades do Mundo a ter esta honra. Não foi seguramente um processo fácil e simples, pois além do valor intrínseco e do bem em si, foi necessária uma equipa competente, empenhada, que levou o projeto da candidatura a bom porto. Já ouvimos aqui a descrição desse longo caminho, que começou nos anos 80, com a Dra. Matilde Sousa Franco e que continuou ao longo dos anos com os sucessivos Presidentes das Câmaras, Reitores da Universidade e Professores da Universidade, e que foi muito importante a cooperação entre estas Instituições Públicas e ainda Instituições Privadas que vieram criar energias e vontades para alcançar este Estatuto Internacional.

Agentes de Coimbra nunca esqueceram a população, principal destinatário desta classificação, souberam estar a altura deste desafio e fazer com que Portugal fosse, uma vez mais, reconhecido de um País com um longo passado histórico e de uma cultura universalista.

Classificação como Património Mundial, não é um fim de um processo. Como já aqui foi dito é o início de um longo e cuidadoso trabalho para que, o Bem classificado mantenha a sua autenticidade, a sua integridade e que seja preservado e transmitido às gerações vindouras.

É pois uma responsabilidade que a Universidade e o Município de Coimbra assumem daqui para o futuro, para que este Património que passou a ser da humanidade esteja devidamente protegido e salvaguardado.

Tudo já foi aqui dito sobre a responsabilidade que agora começa. Não vou repetir essas palavras, que, com muito agrado ouvi, mas daqui faço um apelo ao vosso empenho e ao vosso interesse em prosseguir, salvaguardar e proteger o Bem que foi agora Classificado.

Portanto, resta-me em nome da Comissão Nacional da UNESCO felicitar a Cidade de Coimbra a sua Universidade e todos os Conimbricenses.

Muito obrigada pela vossa atenção.”

Intervenção do Reitor da Universidade de Coimbra – Prof. Doutor João Gabriel

“Esta é a continuação de um momento de muita felicidade. É felicidade por muitas razões, para mim, uma das razões principal que tem tido como um efeito de bálsamo, esta classificação de nós regalarmo-nos alguma energia a que muitas vezes com as Troikas e com essas coisas às vezes nos vai saindo da frente.

Antes de começar a discutir o que me interessa aqui que se chama o futuro.

Queria aqui fazer uma coisa que tenho feito e que faço com muito empenho que é reconhecer quem iniciou este processo, da candidatura na sua forma actual, reconhecendo os precursores concerteza foi o reitor Seabra Santos, que teve a energia que teve a visão e a energia para por o processo em andamento para nos fazer chegar aqui. Compete-me também como ele próprio referiu mencionar aqueles que mais recentemente deram a contribuição mais decisiva, sobretudo o Dr. Raimundo Mendes da Silva como coordenador da candidatura que aceitou manter com a energia que se lhe reconhece essa missão a vice-reitora com o pelouro Prof^a. Dra. Clara Almeida Santos, e o actual Presidente da Câmara, Dr. João Paulo Barbosa de Melo sem cuja energia dificilmente não teríamos a classificação este ano, teríamos provavelmente para o ano, mas não teríamos este ano se não fosse o papel dele nesta recta final que foi decisivo e deve ser reconhecido.

Eu para discutir o Futuro, queria essencialmente pôr-me em perspectiva.

Eu confesso que ainda estou sobre a influência da profunda impressão que me deixou a discussão do Comité Património da UNESCO.

Alguns de vós não tiveram a oportunidade de ver, penso que ele já está disponível no site da classificação, já não é da candidatura é um site da Universidade é fácil de lá chegar, um bocadinho de paciência nada de especial verão uma coisa fantástica, é que, particularmente quando chegou a altura da discussão do chamado critério 6, que é, aquele que diz que o Bem também deve ser classificado pela cultura que transporta, pelo impacto que essa cultura teve no mundo, pela língua que representa. Nós viemos com as várias delegações que foram intervindo,

partiam sempre de um pressuposto que nem sequer estava à discussão. Esse pressuposto era que Coimbra e a sua Universidade eram um símbolo máximo da cultura portuguesa, o símbolo máximo da língua portuguesa e aquilo que depois discutiam a seguir era saber se essa cultura e essa língua tinham tido impacto no mundo. Com muitos aspectos giros, peço perdão a quem me já ouviu falar disso, mas, de facto a coisa ficou-me marcada, fiquei muito impressionado, por exemplo com a representação da Índia, que nós sabemos de Goa, com uma invasão militar em 1961, não foi assim há tanto tempo como isso, e poderíamos esperar perfeitamente algum ressentimento ainda, fomos invasores matamos muita gente por lá e também morreram muito nossos por lá, e poderia haver essa sensação de desconforto. Aquilo que nós assistimos foi um enorme apreço, um entusiasmo com a ideia e um conhecimento profundo da importância e da influência positiva que a cultura portuguesa teve naquela parte do mundo.

E repito assumindo como dado adquirido, que Coimbra e a sua Universidade, única e Universidade de língua portuguesa durante tantos séculos, é o símbolo máximo visto de fora de portas dessa mesma cultura e dessa língua.

Eu por isso eu estava a dizer que preciso de me por em perspectiva, e essa perspectiva é pôr-me fora de Portugal.

Nós não estamos na lista do Património Português, mas estamos na lista do Património Mundial, e o nosso jogo o nosso palco, o nosso desafio, é o mundo, não é Portugal! Portugal é o nosso bairro. O nosso desafio é o Mundo!

Ora perante um reconhecimento desta magnitude, nós somos obrigados a pensar alto. Vou só mencionar duas áreas, mas quero ir a algum detalhe em duas áreas que são o Turismo e a Língua Portuguesa. Tem várias outras mas como digo deixaremos para outra oportunidade.

Turismo, é claro que, nós particularmente na Universidade, no espaço das escolas estamos a sentir algum acréscimo de turistas, vamos seguramente sentir mais a Biblioteca Joanina está a chegar aquele ponto de saturação em que vai preciso ser feito marcação com muito tempo de antecedência, é vai haver muitos turista que chegam e batem com o nariz na porta, porque ultrapassaram a cota porque não se registaram, não registaram com antecedência e não vão poder entrar. Mas como sabemos os bens de acesso difícil só se tornam mais apetecíveis, portanto não há nenhum problema nessa matéria, há muitas outras coisas, esperemos que lhe poderemos mostrar para eles não darem a viagem por perdida.

Mas ia dizer que, sentido um certo acréscimo de turistas, mas nós também sabemos de muitos outros exemplos, que o normal numa zona Património da Unesco, que haja um certo acréscimo de turistas durante algum tempo que como assim sobe, desce e desaparece. Mantêm-se um pouco mais um pouco menos, manter isso num ponto elevado depende integralmente de nós, porque nós temos que saber construir todo um conjunto de mecanismos que atraíam, que os mantenham, e que os levem a querer voltar e a recomendar a outros que cá venham.

Isso repito, depende restrita naturalmente de nós, quando digo nós digo Universidade, a Cidade, quem constitui inicialmente as Ruas, a Direcção Regional da Cultura, a Sociedade de Reabilitação Urbana, mas, todos os outros. Os Transportes, os Agentes Turísticos, a Região Turismo do Centro, a Região Turismo de Portugal todas essas entidades, todas.

Ora, qual é que há-de ser o nosso modelo? Qual será o nosso sonho?

Aqui vou trazer uma imagem do meu colega vice-reitor Henrique Madeira que, tem na equipa reitoral o pelouro do turismo, ele tem vindo a defender uma ideia que, acho que é extremamente interessante. O paralelo que ele faz é entre Coimbra e a sua região, como Florença e a Toscana. Acontece é que as pessoas quando vão à Toscana vão em primeiro lugar ver Florença. Palácio **Pisio** todos os outros locais fantásticos que lá se encontram. E depois espraia-se para irem a **Siena a Piza** às provas de vinhos, às parais aos apeninos, às aldeias, a todo aquele ambiente à volta e o turismo que ocorre nessa zona não é um turismo de passagem, o turismo que nós temos aqui, é essencialmente o turismo das pessoas que vão de Lisboa para o Porto, ou do Porto para Lisboa, para Fátima às vezes em que param aqui umas horas, tipicamente saíam do autocarro vão visitar o espaço das escolas, espreitar a Biblioteca Joanina, às vezes vão a Santa Clara a Velha, ou muitas vezes apanham o autocarro e vão embora passam aqui algumas horas. Nós somos os subsidiários de Lisboa e do Porto.

Ora, o que nós temos de conseguir vender é esse modelo, eles vêm a Coimbra, vêm ver a jóia da coroa que é a Biblioteca Joanina, se tiverem feito reserva com antecedência, vão ver todas as outras salas, como a Sala dos Capelos, onde o rei D. Afonso Henriques obteve o reconhecimento de Portugal em 1143, vão ver a jóia do Museu Machado de Castro, o Museu da Ciência, o Jardim Botânico, onde em breve teremos uma colecção deslumbrante de 10 mil orquídeas, disponível para quem quiser pagar o bilhete e ver, porque dá trabalho manter as 10 mil orquídeas, mas vai ser verdadeiramente deslumbrante. Vão visitar o Portugal dos Pequenitos, Santa Clara a Velha, Santa Clara a Nova era preciso que estivesse mais apresentável, e esperamos nós que ficam e vão ao Buçaco, Aveiro, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Penela, Conímbriga, etc. Temos muito para lhe mostrar aqui à volta e se nós fizermos isso, nós vamos ter uma alteração enorme na nossa estrutura turística, com naturalidade daqui a alguns anos esta será a região de Coimbra, porque é Coimbra o ponto de atracção principal, não porque alguém decretou burocraticamente que a região se chama Coimbra, não porque o ponto de atracção é Coimbra.

E naturalmente, se recorda nós estarmos a invocar as glórias passadas, para dizer que a região centro se deve chamar região de Coimbra, ou coisa assim, é completamente inútil. Não, nós temos que mostrar que somos capazes de trazer de facto essa riqueza para a região, ser o ponto de atracção central, e depois naturalmente é para onde bem as pessoas fora de portas, e que naturalmente se espalham para todo o lado.

Essa altura é a região naturalmente de Coimbra que não seja o selo burocrático que se decide não sei aonde!

Este sonho está integralmente ao nosso alcance, depende de coisas muito pequeninas, dou exemplos mais miudinhos, de repente temos uma sinalética em condições, qualquer pessoa se perde nesta cidade e não sabe onde estão as coisas, depende se temos um sistema de transportes adequados, depende de pudermos estacionar na Alta. É preciso por exemplo que todo o estacionamento da Alta seja pago, para que haja lugares vagos para os turistas ocasionais que lá vão, para quem vai tratar de um assunto para não ficar tudo ocupado às 8h da manhã e libertado às 18 horas da tarde, é preciso por exemplo que haja um sítio onde em Português/Inglês, qualquer pessoa possa consultar a actividade cultural da Cidade e saiba o que é que há. Nós não temos isso. Nós temos uma pequena Universidade chamada agenda/7, qualquer uma que serve, não faço questão que

seja essa, nós, colectivamente temos que ser capazes de responder a coisas tão simples como essas.

Alguns turistas que chegam tem que ter a agenda em inglês, quer saber o que é que há hoje, não se sabe, parece simples mas não é simples de montar, há muitos espaços para lá chegar, muitos, mas temos que os dar.

Alguém por sua iniciativa quer encontrar alojamento em Coimbra, há algum sítio que nos possamos consultar os alojamentos para Coimbra para quer possamos fazer marcação? Reservar o quarto, saber o tipo de ofertas? Não há.

Nós temos falhas, mas, temos oportunidades de fazer coisas em muitas áreas, todas estas áreas tem de estar afinadas, alguém vem e quer fazer umas provas de vinhos, aonde encontra um sítio aqui na região para se fazer? Cooperativa de Souselas é um bom sítio, mas não será o único.

Tudo isto tem de ser construído e tem de ser construído por nós, se nós o quisermos fazer.

Vou só dar mais um exemplo de uma área que é a Língua Portuguesa.

O que é que daí pode ser retirado.

Começo só por uma coisa, tenho vindo a verificar que poucas pessoas aqui de Coimbra têm consciência que a língua portuguesa nasceu aqui. Ainda há dois dias a falar com o Dr. Cláudio Torres ele me explicava que a língua portuguesa, nasceu aqui neste mediterrâneo, há uns anos atrás no tempo do Dom Sisnando cujos 950 anos da chegada a Coimbra se vão comemorar no próximo ano,

O Baixo Mondego estava desassoreado, chamemos-lhe assim, era um mar, era um mediterrâneo porque era um mar entre duas terras, o norte e o sul. Havia como sabem um braço desse mar que chegava quase a Conímbriga. Coimbra era um porto de mar, ora nesse mar mediterrâneo cheio de aldeias que vinham com uma cultura das povoações do norte galaico, de leão, dos cristãos do norte mais tarde que falavam uns latinórios variados com a margem mais sul, com grande influência árabe, foi neste caldinho que se foi formando pelo povo analfabeto, aquilo que agora é o português.

Portanto, o português nasceu aqui, não é só a Universidade de Coimbra que tendo sido, a única Universidade do espaço de língua portuguesa durante tantos os séculos que representa a língua, é evidente que a norma culta da língua a sua gramática, a sua utilização em registo erudito, nas leis, em tudo o resto, vem obviamente da Universidade, concerteza que sim, mas a língua nasce no povo analfabeto e em particularmente naquela altura que a taxa de alfabetização era grande. Foi neste caldinho deste mar anterior que isso nasceu. A língua portuguesa é uma língua falada por 260 milhões, como língua nativa de pessoas neste mundo, a língua portuguesa está a alargar.

O sítio onde nasceu a língua, onde está a Universidade que a transformou a norma erudita, tem um valor incrível, só dois exemplos, estou a falar de uma coisa que agora é mais da Universidade mas também não será feita sem a ajuda da Cidade.

Salamanca recebe todos os anos, porque tem um papel parecido, mesmo assim mais distribuído com outras Universidades, um papel parecido como origem, como fonte de língua espanhola/castelhana, recebe todos os anos à volta de 7 mil estudantes, que lá vão só para apreender espanhol como língua estrangeira.

Uma Cidade como Granada, que é uma cidade importante e mesmo assim relativamente menos conhecida, recebe todos os anos à volta de 4 mil estudantes só para apreender espanhol.

Agora, só vos pergunto, imaginem o que é que é Coimbra e a sua atividade se de repente para além dos 23 mil estudantes da Universidade, nós tivermos anualmente mais 5 ou 6 ou 7 mil que vem aprender português. Era bom para o nosso alcance.

Se trabalharmos em conjunto, e com esta nota termino, nós e normalmente volto a minha perspectiva, nós vistos lá de fora somos muito pequeninos. Isto não é um bairro, isto é um quarteirão. Porque o bairro é o País. Nós estamos num quarteirão.

Portanto, se nós todos, com as nossas naturais diferenças, se vemos que isto é uma oportunidade fantástica que pode transformar a Cidade, transformar a Região, se nós soubermos manter o designo estratégico claro e soubermos trabalhar em conjunto e mantendo a visão, resolver os detalhes, é nos detalhes que está o diabo, há pouco dei vários exemplos, se nós soubermos manter esse designo, pois teremos um futuro fantástico e não é a Troika que nos detêm e Coimbra será, já como foi no passado um ponto absolutamente decisivo para o desenvolvimento do País!”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“A vantagem de ir ouvindo pessoas antes, é que vamos percebendo que muito daquilo que nós gostaríamos de dizer já foi dito.

Não vos queria maçar repetindo algumas coisas muito importantes que já aqui ouvimos.

Mas creio que todos temos a consciência de que há momentos que tem a capacidade de mudar radicalmente o futuro de um território, neste caso o futuro de uma cidade, este é um desses momentos!

Se fizermos bem as coisas, daqui a 10/20 ou 30 anos, diremos com naturalidade, ou falaremos com naturalidade da Coimbra dantes da inscrição do Património Mundial e de Coimbra depois da inscrição da lista do Património Mundial.

O desafio, que temos pela frente, também já o vamos percebendo, é grande, não vai ser fácil, há muitos pequenos detalhes que podem fazer ou poderiam fazer se não estivéssemos atentos, fazer que isto corresse mal. Mas não vai correr! Há desafios que passam por áreas muito várias, um dos mais importantes desses desafios que temos agora pela frente tem a ver com a capacidade de mudarmos a relação do Município, da Cidade e dos Municípios, dos Conimbricenses com o seu Centro Histórico. De alguma forma, este Centro Histórico, hoje é, Património da Humanidade. Nós temos todos colectivamente a responsabilidade de tomar conta dele e só se toma conta de uma coisa quando se gosta e aprendemos a gostar.

Tem havido ao longo das décadas uma relação difícil das pessoas de Coimbra o para com o seu Centro Histórico, e que agora temos a oportunidade de mudar radicalmente.

Pois há um desafio não tão mencionado até agora, mas que me parece muito importante, que é o desafio de fazermos uma cidade. Uma cidade que é empreendedora, que pulsa de vida, que tem gente criativa, que tem empresas, que tem barulho que tem lixo, que tem velhinhos, que tem jovens, tem gente activa e conciliar esta vida, naturalmente como a Universidade, conciliar esta vida desta Cidade com a preservação e valorização do património que agora acaba de ser classificado. Não é fácil, não estamos aqui a falar de preservar algo, um conjunto de pedras e paredes num sítio onde não vive ninguém. Não é disso que estamos a falar, nem é disso que queremos falar, estamos a falar de uma cidade cheia de

vida, que tem de continuar a viver, respeitando o património que agora é de nós todos.

Apesar de já ter sido dito, eu gostaria de repetir, há aqui oportunidades no que diz respeito à vocação de Coimbra como pólo mundial de referência na língua portuguesa, que nós não pudemos também deixar passar. Claro, também já dito, e por aqui passa uma parte das preocupações mais imergentes, este desafio de continuar a preparar Coimbra para receber cada vez melhor, um número cada vez maior de visitantes ou de turistas ou de estudantes temporários, isto é, um desafio difícil, um desafio no fundo de melhorar aquilo que chamamos a experiência de Coimbra que todos estes são convidados a vir viver connosco e que depois daqui vão levar consigo e naturalmente aumentando e melhorando essa experiência de Coimbra que conseguimos fazer passar, aumentar como é obvio com consequência o valor gerado pelo afluxo de visitantes.

Atenção que em muitas partes do mundo foram classificadas como Património da Humanidade, o problema a partir de certa altura começa a ser o oposto, é como controlar o excesso de visitantes, não é esse ainda o nosso problema, mas na maneira como vamos desenvolver a nossa capacidade de atracção temos que sempre ter em conta, que, temos que nos começar a preparar para essa eventualidade para que isso nunca aconteça. Claro que se vão estendendo a muitas outras áreas os efeitos positivos desta classificação.

Por exemplo, ainda não falado aqui, na visibilidade da saúde no pólo da saúde de Coimbra fora de portas, vem na geração de actividades criativas, na atracção de profissionais e de empreendedores para a nossa cidade, depois no apedreje da nossa actividade cultural e também já dito e na maneira como gerimos a actividade cultural que já temos e que já é muita, também na atractividade da Cidade para acolher inventos, grandes inventos desportivos, culturais, congressos, não é alheia a esta nossa nova capacidade a próxima abertura do Centro de Congressos, eu diria os efeitos desta classificação também se vão sentir muito na relação de Coimbra com a sua Região.

Coimbra tem portanto um desafio gigante pela sua frente, e esta é uma oportunidade que não poderemos desperdiçar.

Eu tenho a certeza que a Cidade e o País, porque também é uma tarefa do País vão estar à altura da magnitude da tarefa.

Que vamos ser capazes de fazer deste tempo histórico o tempo da tal grande mudança de Coimbra. O tempo da sua acção definitiva e perene como a Cidade âncora desta região de Portugal que se situa entre Lisboa e o Porto.

Uma Cidade de referência Mundial, na Cultura na Língua e no Património.

Oxalá que todos percebêramos a grandeza da tarefa e todos saibam por os meios necessários para a cumprir.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Gerales (Por Coimbra):

Foi com grande júbilo e um enorme entusiasmo que todos nós recebemos no passado dia 23 de junho a anunciação à Cidade e ao mundo o extraordinário conhecimento da Universidade de Coimbra Alta e Sofia como Património mundial da Humanidade, no âmbito naturalmente da decisão tomada pela a organização da Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura. Os sinos da magistral Torre da Universidade e símbolo da nossa cultura intuirão através dos céus o hino engalanado da boa nova que fez jus, a esta Universidade sete vezes secular e da

qual imerge a chama sagrada da região de Coimbra, da portugalidade e da língua portuguesa enquanto matriz e da nossa identidade nacional.

Por ela passaram grandes vultos defensores da cultura humanista, tais como Luís de Camões, Pedro Nunes, o Padre Manuel da Nóbrega, Mouzinho da Silveira, Eça de Queirós, Antero de Quintal; Teófilo de Braga, Afonso Costa entre outros cujo acervo dessa enorme intelectualidade constitui um dos pilares do nosso conhecimento científico literário e multicultural, por isso Coimbra sabe conversar com as suas gentes e com os seus visitantes, quer através da nossa Universidade, enquanto murada na sabedoria na percepção do Prof. Dr. António Filipe Pimentel, quer através das nossas igrejas, dos nossos mosteiros, dos nossos museus, das bibliotecas, jardins, torres e escolas do saber, que naturalmente através das ruas carregadas de história e ladeadas de edifícios de grande simbolismo e valor arquitectónico inestimável. Aqui ao lado junto a estes espaços do concelho era o berço o imponente mosteiro catedralíssimo Santa Cruz, símbolo do dinamismo exemplo do espírito empreendedor protagonizado pelo frei Brás de Braga, corredor reformador desse mosteiro que com a sua acção nos deixou a sua indelével impressionante marca urbana do tempo de D. João III, a rua da Sofia onde foram edificadas, os diversos colégios universitários incluindo o Largo do Pátio da Inquisição o Largo de Sanção a actual Praça 8 de Maio cujo os elementos urbanísticos constituem hoje parte integrante do Património Mundial da Humanidade.

Ao Mosteiro de Santa Cruz contemporâneo nas suas origens dos primórdios da nacionalidade onde se encontram os túmulos dos dois primeiros Reis de Portugal, D. Afonso Henriques e D. Sancho I e ao qual foi reconhecido, o estatuto de Panteão Nacional não obstante de forma incompressível carecer das honras militares, que lhe são devidas, aqui fica a nossa homenagem e respeitosa ébria constitutivo da nossa independência nacional.

Mas, a Universidade e a sua sebastíssima Unidade Científica à uma mata da nossa estrutura cultural e potenciadora do desenvolvimento económico da nossa região está aqui entre nós, partilhando os anseios das nossas gentes, porque a sua matriz genética é in desta região, desta Coimbra, que o magnifico reitor Prof. João Gabriel Silva colocou e é verdade como símbolo de toda a história de Portugal.

Por isso, preservar as nossas tradições, as nossas lendas, o nosso Património a nossa Canção de Coimbra e o futuro deste território. É hora de assunção e de responsabilidades acrescidas e de liderança regional.

A Câmara Municipal de Coimbra tem a responsabilidade de promover a divulgação, a preservação, a conservação e na medida do possível o restauro e a valorização do património qualificado em colaboração com a Universidade, com a Associação Ruas, e de mais entidade públicas ou privadas que tenham os exercícios destes objectivos.

Mas, o Estado deverá de imediato reconhecer a Universidade e a Alta e Sofia como acerbo de bens culturais e de excepcional importância e de grande relevância excepcional, bem como garantir a proibição pública dos bens danificados como Património da Humanidade de acordo com os critérios de regulamentação a implementar para o efeito. Urge é demais implementar a reabilitação a requalificação e a revitalização das áreas urbanas degradadas, envolventes e periféricas, dando vida e movimento à Baixa de Coimbra.

A Cidade não pode voltar de costas voltadas, para o rio Mondego com a REFER a obstruir a margem direita a norte da Ponte Açude, entre a Estação nova e a Velha,

pondo em causa o desenvolvimento harmonioso da Polis. Nenhuma sociedade moderna em tais circunstâncias o permitiria, nem consentiria que a dita Estação Velha se mantivesse como apeadeiro ferroviário medievo, sem dignidade de substituição de estação intermodal que à muito se encontra prometida, e nos é devida pela Administração Central do Estado.

Cabe também à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, assumir as suas responsabilidades e cooperar fortemente na afectação de fundos estruturais e outros para os factores de competitividade e valorização territorial de acordo com as orientações estratégicas comunitárias com vista a aprofundamento da contribuição da Universidade de Coimbra ao desenvolvimento regional através das suas actividades de investigação e desenvolvimento de prestação de serviços, e outras iniciativas e ainda para a afirmação na projecção da cultura da Língua Portuguesa apostando-se decisivamente na marca Coimbra, cuja mensagem deve estar presente em todas as vertentes, designadamente nas áreas do Turismo da promoção de produtos idóneos mais regional.

É tempo de unir concelhos da região de Coimbra darem as mãos, na percussão e concentração das políticas de desenvolvimento reforçadas e no acentuar da nossa capacidade reivindicativa perante os diversos órgãos da Administração Central.

Coimbra não esquece, nem perdoa a inconsideração manifesta dos interesses instalados de Lisboa, nem tolero o défice interventivo e a falta de coragem política daqueles que representam a nossa gente nos órgãos de soberania de Coimbra e da nossa região estamos aqui a falar como se percebe das vicissitudes que estrangularam o projecto Mondego das deslocalizações racionais das Direcções Regionais da Agricultura e Pesca, do Desporto e de Turismo para outras zonas do País, nem como ainda a discriminação a que fomos votados face à suspensão dos projectos estruturantes tais como relativos a auto-estrada Coimbra/Viseu, à requalificação da estrada da beira protelada e entre Coimbra e a Covilhã. É grande a nossa apreensão, apoiamos em face destes contextos o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra na defesa e autonomia da Empresa Municipal de Águas de Coimbra, impugnamos pela manutenção e preservação da actual integridade funcional estratégica das Águas do Mondego enquanto empresa motora do desenvolvimento regional do interesse dos consumidores e dos nossos municípios em geral, Coimbra não pode ser tratada de qualquer maneira dado que é um exemplo, é uma referência que se afirma gradualmente e quer num contexto nacional e racional com uma rede educativa e uma linhagem de professores de que muito nos orgulhamos e com uma rede de saúde notável do melhor que há na Europa e no mundo, enquadrada no âmbito do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra. Por isso apostamos numa Coimbra mais solidária, numa Coimbra líder das comunidades intermunicipais do Baixo Mondego e do pinhal Interior, na promoção e articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal tendo como âncoras de desenvolvimento o Centro de Convenções e Espaço Cultural no Convento de S. Francisco e o I'Parque".

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):

"Tenho a sensação que esta Assembleia é uma Assembleia muito singular, pelo motivo que nos traz aqui, mas por um fenómeno que não é muito comum termos a oportunidade de assistir.

È que esta Assembleia esteve calada, cerca de hora e meia, não fez ruído, prestou atenção, não houve conversas de corredor, o que significa que, o tempo que viemos aqui gastar não foi gasto, o tempo que viemos aqui perder não foi perdido, o tempo que viemos aqui passar foi efectivamente um tempo de aprendizagem, de conhecimento e todos saímos daqui mais ricos pela notabilíssima lição que de uma forma ou de outra, de todos os ângulos do conhecimento, e da ciência e também dos ângulos da responsabilidade os nossos convidados vieram aqui trazer. Muito obrigado pela vossa participação.

“Senhor Presidente,

Num tempo de escassos entusiasmos e indecifráveis perspectivas de futuro, onde todas as utopias parecem condenadas à indiferença, sobre a fria racionalidade mercantil; num tempo em que o presente se confunde com a mecânica diária da sobrevivência e só conta o instante inseguro do minuto a seguir, deixamos de ter tempo para o passado, tão depressa temos de correr esquecendo frivolumente donde partimos. Num tempo assim, sermos lembrados, acordados — diria — para a dignidade histórica do tempo que passou, por alguém que de fora saúda e engrandece a nossa identidade, dando-lhe o peso e a importância de ser pilar da nacionalidade portuguesa e da civilização e cultura europeias, que também aqui, Coimbra ajudou a definir, num tempo assim, repito, é legítimo repor todas as nossas ilusões e voltar a olhar o amanhã com esperança. Na nossa moção falamos a linguagem, como é próprio, da responsabilidade. Mas na oralidade, não podemos impedir que os nossos afectos nos empurrem para o entusiasmo que o reconhecimento da UNESCO nos causou, fazendo justiça a uma Cidade, a uma Escola e a uma Academia, no melhor dos planos da afirmação do Homem: o espaço do conhecimento, o que quer dizer, libertação da condição humana, por via da superação da sua materialidade. Portugal, ao longo da sua história, mandou os seus filhos e os seus melhores estudar para Coimbra. Estas pedras das calçadas e das paredes, bem como os cantos, os gritos e os ritos, são o testemunho da peregrinação do português, pelos caminhos do saber, são os canteiros da nossa liberdade. A Universidade é a acrópole do conhecimento e Coimbra é a mais libertária cidade de Portugal.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Devemos, hoje, sentir-nos honrados pela designação de parte substancial da nossa cidade como património da humanidade.

Honra que, permitam-me, tendo nascido e passado a infância na Alta Coimbrã, me toca particularmente e me traz à memória as corridas desenfreadas por entre ruelas e becos, escadas e ladeiras, sendo uma vez índio, outra cowboy, entre a Sé Velha e a Rua da Matemática, até ao Palácio dos Grilos onde, uma vez, a família me foi encontrar depois de seguir os gaiteiros numa das suas passeatas pela Alta, em altura da Queima das Fitas.

Foi na Alta que comecei a conhecer a liberdade, na rebeldia contra o estar fechado em casa e querer procurar os meus sonhos de criança nas ruas da cidade velha, a minha cidade.

E aperceber a repressão, pois então, quando os putos, junto à Sé Nova, jogavam futebol e a polícia fechava as saídas com os “níveas” e corriam atrás de nós como se fôssemos perigosos facínoras.

É neste património de vida de milhares de conimbricenses, salatinas ou chibatas, estudantes ou futricas que, humildemente enquadro a minha infância.

“S. Martinho foi o lugar de onde Coimbra, o centro desse mundo misterioso e apaixonante que de lá perspectivei. ‘ Miguel Torga, Diário XVI.”

É desta universalidade, deste cadinho, onde se misturaram as diferenças entre as elites universitárias e o povo de Coimbra, que saiu algo de novo e de diferente, uma especificidade coimbrã que se revelou, ao longo dos anos, nos movimentos progressistas e democráticos, políticos ou culturais, e destaco eu, na reintegração da canção de Coimbra nas suas raízes populares, (Obrigado, Artur e Carlos Paredes! Obrigado, Menano e Bettencourt! Obrigado, Zeca e Adriano!).

É esta especificidade coimbrã que, **finalmente**, se impôs a longos anos de afastamento entre a Universidade e a restante cidade, permitindo o reencontro num projecto comum de reconstrução que viu para orgulho e satisfação de todos merecer o reconhecimento mundial.

O reconhecimento pela UNESCO da Universidade, Alta e Sofia, como património material e imaterial inestimável, bem como a definição de uma ampla zona de protecção daquela especificamente reconhecida, dada a sua dimensão e centralidade, corresponde a uma oportunidade única de concretizar projectos sempre adiados.

O reconhecimento pela UNESCO, sendo uma honra, comporta, também uma obrigação.

Hoje Coimbra, pelo reconhecimento do seu centro histórico, mas também como um todo, está sob os olhos do mundo e sob fiscalização constante, aliás conforme compromissos assumidos de acordo com a Convenção do Património Mundial.

A cooperação entre o Município e a Universidade vai, tem de, continuar.

E o Governo tem a obrigação de assumir, com seriedade, a sua parte, uma parte maior do que a que nos tem habituado.

“Em Portugal, as pessoas são imbecis ou por vocação, ou por coacção, ou por devoção” escreveu, em 1946, Miguel Torga no seu Diário.

Temos, para com ele, Miguel Torga, o dever de o contrariar.

Não é admissível que não se recomecem os trabalhos do Metro Ligeiro de Superfície, no seu traçado urbano, projecto âncora para a concretização da reconversão urbanística da margem direita do Mondego, que tarda em sair do papel e que se desejaria do Choupal até à Lapa e, também, de um novo reordenamento do tráfego rodoviário urbano, com a ampliação dos serviços de transporte público que se desejam estendidos às periferias.

Tarda, sucessivamente adiada, a construção de uma nova Estação Central (substituindo a vergonhosa estação mais do que velha) a que se acople uma nova estação intermodal de transportes que permita que se reduza ao mínimo a circulação no centro da cidade das envelhecidas camionetes de transporte privado. A requalificação da Alta e da Baixinha, prosseguindo a duas velocidades, é certo, devagar ou parada, tem de continuar.

Mas não só no sentido de reconstruir o edificado, mas também de reconstruir o tecido social e de vida que foram a sua matriz.

Há que alterar o paradigma de urbanismo centrífugador que nas últimas décadas vingou em Coimbra e trazer as pessoas para o Centro da cidade, onde façam vida, tenham as suas lojas, os seus espaços de lazer e culturais.

Há que criar um corredor verde da cidade que a percorra desde a mata de Vale de Canas, tão importante, quanto esquecida, passando pela Sereia e pelo jardim Botânico até às margens do Mondego.

É esta a melhor forma, a única, de dar corpo ao reconhecimento que o mundo fez do património material e imaterial que sentem em Coimbra.

A requalificação da Sofia, com o aproveitamento e fruição pública dos antigos colégios universitários, fazendo voltar a Universidade e os estudantes à Baixa da cidade, desenvolvendo e ampliando o esforço já feito na Cerca de S. Bernardo e no Pátio da Inquisição, pode ser a alavanca necessária para a criação de uma nova centralidade urbana, assente nas pessoas e na qualidade da vida colectiva.

Reiteramos, é certo que o Município e a Universidade têm de manter a cooperação que nos trouxe até aqui, mas o governo não pode alijar responsabilidades, nem invocar dificuldades financeiras.

Quando os compromissos internacionalmente assumidos, servem de desculpa para cortes em tudo que é um bem social, importa destacar que este é um investimento a que Portugal também se obrigou internacionalmente.

Investimento que terá retorno, não se trata de nenhum favor que nos fazem.

É também oportuno e justo destacar o esforço financeiro assumido pela Universidade, em tempo de abusivas restrições financeiras.

A Universidade de Coimbra, para além de garantir todas as suas funções essenciais de ensino e investigação, tem vindo a suportar com os seus próprios meios, espaços de fruição pública que como tal têm de ser encarados e apoiados pelo Orçamento de Estado, é o caso do Jardim Botânico e do Estádio Universitário.

É altura, pensamos, de nos associarmos publicamente às sucessivas denúncias do desastre financeiro que se anuncia no Ensino Superior Público e também desta tribuna exigirmos enquanto cidadãos desta cidade que à Universidade de Coimbra, o Governo disponibilize a devida compensação pelo serviço público que presta aos portugueses e estrangeiros que aqui vivem ou nos visitam.

Quando propusemos a convocação desta Assembleia Municipal Extraordinária, proposta aceite, é certo, por todas as bancadas, foi exactamente para que se fixasse um compromisso da cidade e de todos os seus representantes na concretização das tarefas a que nos impusemos e na exigência ao Governo de um claro assumir das suas responsabilidades para com todos os projectos que Coimbra viu parar e para aqueles que quer continuar.

A resolução que vos é proposta, subscrita por todos os grupos municipais, traduz isso mesmo e a sua aprovação não pode ser uma mera formalidade como, infelizmente, temos vindo a ser habituados.

Tem de constituir, em tempo de eleições autárquicas, uma base mínima de compromisso de concretização de um projecto que nos honra, mas também que a todos responsabiliza, um compromisso que desde já e pela nossa parte assumimos, na melhoria de qualidade de vida dos cidadãos de Coimbra, razão da nossa intervenção pública e política, razão do nosso esforço e trabalho.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, Património da Humanidade

Ilustres convidados, cidadãs e cidadãos

Quando se decidiu convocar a presente Assembleia fomos daqueles que considerámos, que mais do que consagração pública e institucional, se impunha

como dever desta Assembleia refletir de forma propositiva e construtiva acerca das potencialidades, mas também dos enormes desafios e responsabilidades que a qualificação atribuída pela UNESCO acarreta para a cidade, para a região e para o país.

A cidade e a sua universidade ainda se encontram na fase de deslumbramento com a recente consagração da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, como património da Humanidade. É legítimo e natural o orgulho da cidade com a atribuição de tão alta distinção. Esta traduz o reconhecimento não só do valor histórico-cultural do património arquitetónico e monumental, como também do legado de património imaterial, muito para além da canção de Coimbra, das tradições académicas institucionais e estudantis, consubstanciado no seu papel multissecular na formação humanista e investigação científica, desde tempos medievais.

Num momento que é de festa e propício a unanimismos, não queremos deixar de sublinhar as enormes responsabilidades que recaem sobre a Universidade e em especial sobre a Câmara Municipal de Coimbra, mas também sobre as estruturas de coordenação regional (Direção de Cultura Regional do Centro e *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*) sem esquecer o poder central, que obrigam a equacionar, com caráter imperativo, a reabilitação e requalificação do centro histórico da cidade, com especial incidência na Alta e Sofia e nos seus espaços envolventes, doravante integrados na classificação de património da UNESCO. Relembramos aqui o espírito e a letra da nova Carta de Atenas assinada em Lisboa em 2003, sobre o urbanismo para o século XXI que reflete a preocupação com a necessidade de qualificação e de preservação das envolventes (art.6), considerando que um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido.

Ora, a Universidade Alta e Sofia foram consagradas património mundial como um todo que não pode ser desagregado e que nos impõe a todos – governo da universidade e da cidade, instituições políticas, económicas, sociais e culturais, cidadãos em geral – novas e complexas exigências, entre as quais destacamos como absolutamente prioritárias e inadiáveis a gigantesca tarefa de gizar um verdadeiro plano estratégico de reabilitação e requalificação dos centros históricos da cidade.

Nesta perspetiva pensamos que a atribuição pela UNESCO da qualificação de património mundial deve ser entendida **não como um ponto de chegada, mas antes como um ponto de partida**. Constituindo-se como uma oportunidade soberana para a sua qualificação, tanto no plano local e urbanístico propriamente dito, como nos planos regional, nacional e internacional. O que impõe, para além da preservação e salvaguarda do património histórico da Universidade, a reabilitação das zonas adjacentes incluídas na zona de proteção. Tal implica não só reabilitar o edificado, mas também densificá-lo, quer do ponto de vista habitacional, quer do ponto de vista da sua funcionalidade económica e social, da fruição de lazer e atividades culturais. Há que melhorar as condições de habitação e facilitar os acessos quer para os residentes, quer para os visitantes. Transformar o centro histórico, tornando-o mais atrativo e em objeto de consumo turístico em si mesmo. Pois só assim será possível revivificar o centro da cidade retirando-o do coma induzido em que há muito se encontra.

Este desiderato impõe, antes de mais, uma **concertação estratégica entre os principais atores políticos, económicos, sociais e culturais da cidade, o que**

implica envolvimento participado, diálogo, consenso e federação de sinergias em torno de uma causa comum e não de querelas partidárias. A forte exigência de captação dos necessários recursos financeiros, nacionais e europeus, impõe-se como um dos grandes desafios.

Entre muitos outros problemas, preocupam-nos em particular, a reabilitação da Baixa/ rua da Sofia e a situação vivida pelas Repúblicas estudantis, enquanto comunidades singulares e marcas identitárias da cultura académica coimbrã que se encontram em risco de extinção e fizeram parte integrante da candidatura da Universidade a património mundial.

Quanto à rua da Sofia e envolvente, sem querer fazer a sua história, por todos bem conhecida, lembramos que foi aí que ao longo de 300 anos (1537-1834) funcionou, em grande parte, a universidade, onde fervilhou a vida científica, cultural e académica e foi crescendo a cidade. A extinção das ordens religiosas com o consequente encerramento dos vários colégios e a posterior alienação do seu património ditou o abandono e a progressiva decadência da rua da Sofia e da sua envolvente.

Sobre esta parte da cidade, em concreto, temos vindo a insistir, desde há muito, na necessidade de a reabilitar, restituindo-lhe não só a unidade morfológica que já outrora possuiu como também, nas palavras do arquiteto Alexandre Alves Costa, *“reavaliar a sua relação com a cidade integrando-a na contemporaneidade e desenvolvendo o seu futuro”*.

Em 1990 o professor José Eduardo Horta Correia, especialista em História da Arte e património cultural, afirmava em artigo na Via Latina, referindo-se à reabilitação da Rua da Sofia, que *“o restauro e adaptação a fins escolares deste conjunto original da nossa arquitetura académica constituiria por parte do estado português, a reparação possível ao atentado de lesa património cometido com a demolição da Alta nos fatídicos anos 40-50”*.

Eis, pois, um projeto em que valia a pena apostar. **Reabilitar e devolver os colégios da Sofia à sua matriz original, colocando-os ao serviço da comunidade académica e científica, dando-lhes uma utilização funcional adequada às características dos monumentos**, de acordo com a orientação internacionalmente consagrada, desde 1933 na Carta de Atenas que estabelece as grandes linhas de orientação sobre o restauro urbano. Onde se defende igualmente que **na gestão dos monumentos, considerados bens públicos, deve prevalecer a primazia do interesse coletivo sobre o privado**.

Um bom exemplo do que acabamos de defender é a, há muito esperada, instalação do Centro de Documentação 25 de Abril no colégio da Graça.

Os colégios da Sofia precisam de ser devolvidos à vida e à cidade, reabilitando-os, reocupando-os e dando-lhes uma utilização funcional adequada. De outra forma estarão condenados a uma lenta caminhada para a sua inevitável degradação e inexorável decadência. Como se observa na Carta de Veneza de 1964, sobre conservação e restauro dos monumentos e sítios *“ a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade (art.º 5).”*

A segunda preocupação que enunciámos foi a que se prende com as Repúblicas. Já na anterior Assembleia abordámos este problema, que agora aproveitamos para reafirmar e quiçá contribuir para encontrar possíveis soluções.

As Repúblicas estudantis foram incluídas na candidatura a património mundial como fazendo parte integrante do património imaterial da Universidade. Independentemente de uma conceção, porventura mais tradicionalista e praxista,

que não corresponderá inteiramente à realidade e diversidade destas comunidades estudantis, as Repúblicas constituem comunidades singulares, espaços identitários e societários de uma tradição académica de valor cultural e patrimonial a preservar. Não se trata de meras residências estudantis. A vivência, a partilha, a solidariedade estudantil geradas nestas Repúblicas, bem como os símbolos e inscrições que encerram fazem parte de uma identidade que é preciso preservar e que não pode ser transportada para outros edifícios.

As Repúblicas encontram-se em sério risco de extinção em consequência da Lei das rendas implementada pelo atual governo, uma vez que equiparadas pela lei a micro/pequenas empresas foram abrangidas por um regime de transição de 5 anos para o novo regime de arrendamento urbano, que se esgotará em 2017, findo o qual os senhorios poderão denunciar os respetivos contratos e aumentar as rendas de 2 em 2 anos tornando inevitável o seu despejo na maior parte dos casos, se não todos.

Quer o governo central, quer o município têm mostrado insensibilidade ao problema específico das Repúblicas.

A potencial extinção das Repúblicas, algumas quase seculares, a concretizar-se, pode ser comparada, salvaguardadas as devidas distâncias de contexto histórico e proporções, à destruição da Alta, levada a cabo pelo Estado Novo salazarista nos anos 40-50. Em que não apenas foram destruídos os bairros, com as suas ruas e o edificado, mas também se destruiu toda uma vida coletiva, uma cultura popular e um *modus vivendi* tradicional. Perderam-se irremediavelmente tradições, costumes, modos de viver, espírito de bairro, cometeu-se um crime de lesa património histórico-cultural da cidade.

A nada ser feito que evite a extinção das Repúblicas, estaremos a pactuar com mais um crime de destruição de um património que faz parte integrante de um bem maior que acabou de ser classificado como património mundial pela UNESCO. Esta classificação atribui novas responsabilidades à universidade, ao município e ao governo no sentido de salvaguardar o património material e imaterial constituído pelas Repúblicas, enquanto espaços comunitários dotados de uma singularidade cultural académica que importa preservar, para além dos meros interesses especulativos dos interesses privados.

Impõe-se, pois encontrar uma solução, que pode passar pela compra dos edifícios, ou por uma lei de exceção que preserve e salvguarde este património.”

Intervenção da deputada municipal Joana Martins (Por Coimbra):

“Caros presentes,

Começo naturalmente por congratular a Câmara Municipal e a Universidade pela classificação atribuída pela UNESCO, que considero ser a oportunidade para Coimbra de encarar e assumir, de uma vez por todas, que é de facto uma cidade universitária e que é nela que está a sua oportunidade. Não pode haver duas realidades, Coimbra tem que saber aproveitar, em todas as suas vertentes, esta qualidade incrível que é ter a Universidade mais antiga do país. Seguindo o excelente trabalho de aproximação entre a Câmara Municipal e a Universidade de Coimbra que culminou nesta candidatura.

Nem a cidade nem a própria Universidade podem estagnar nesta classificação. A cidade tem de exigir-lhe uma constante aposta na evolução, porque tal como alerta o Professor Paulo Varela Gomes “As cidade “morrem” e as Universidade também; ou há um trabalho constante de investimento, de renovação e projecção

mundial das Universidades ou elas “morrem”, por mais capital simbólico que tenham”.¹

Defendo por isso que um respeito e uma consciência do passado e do património que herdámos é imperioso, no entanto considero que deve haver o bom senso de não deixar morrer este espaço da cidade entregando-o exclusivamente ao turismo. Para isso é necessário permitir que as intervenções no Centro Histórico se adaptem às necessidades contemporâneas dos seus cidadãos. Não sou a favor naturalmente de uma total adaptação, porque nesse sentido seria necessário, na maioria dos casos uma acção destruidora. Contudo penso que deve haver um meio termo entre ambas, aprendendo com as feridas deixadas pela intervenção do Estado Novo. Porque se assim não for, de uma forma ou de outra, acabamos por “matar” este espaço.

O conseqüente aumento do número de turistas, investidores e até de estudantes deve ser previsto e tratado de forma cuidadosa porque senão mais tarde ou mais cedo deixamos de ter estudantes na alta universitária, transformando-a num museu e mais vale irmos viver para outro lado.

Os bens patrimoniais são difíceis de manter a nível económico e a nível urbano, pelas rigorosas regras que a UNESCO impõe ao tipo de intervenção, e ao número muitas vezes excessivo de turistas que atraem.

E o caso de Coimbra não foge à regra da política de proteção e salvaguarda máxima dos seus Bens por parte da UNESCO, bloqueando indiretamente a sua adaptação às necessidades atuais. Assim, o Regulamento Municipal elaborado de forma a dar resposta à exigência feita pela UNESCO de que cada Bem, aquando da sua classificação já tenha um regulamento aprovado e em vigor que o defenda, proteja e salvaguarde, inevitavelmente bloqueia e impõe essa visão cristalizadora chegando ao limite de enunciar que “A demolição não autorizada de edifícios, no todo ou em parte, obrigará à reedificação com as características preexistentes do imóvel.”

Passo então a enunciar um conjunto de medidas apresentadas pelo regulamento que merecem particular atenção:

Enuncia que “As características arquitectónicas e históricas dos conjuntos urbanos e dos edifícios existentes devem ser preservadas (nomeadamente: a implantação e os alinhamentos, a estrutura interior – incluindo paredes-mestras e caixas de escadas, a altura, o volume e a configuração da cobertura).” Resumidamente, tudo. Ou seja, é difícil equacionar uma reabilitação adaptada e atrativa mantendo todas estas especificidades tais como foram pensadas na sua construção. Destacando a preservação de caixas de escada, pelo bloqueio que traduz, à partida, a uma alteração de organização espacial e de tipologias dos edifícios.

“A demolição dos edifícios que se apresentam em estado de ruína deve ser efectuada apenas nos casos extremos e irrecuperáveis, depois de comprovada a sua manifesta impossibilidade técnica de manutenção, definidos quais os elementos arquitectónicos reutilizáveis nas obras de reconstrução e assegurada a sua translocação” Ou seja, mais uma vez uma tão rígida atitude em relação à demolição poderá traduzir-se numa cristalização do edificado. Sendo que, em caso de ruína, na maioria dos casos os custos de recuperação e reabilitação são demasiado elevados, o que faz com que não se justifique. A política de

reabilitação, deve estar adaptada à realidade e promover e incentivar os investidores, dando-lhe obviamente regras que os obriguem a respeitar o espaço. Mas não pode querer que a cidade fique no passado.

Destaco positivamente a proibição da alteração de uso habitacional para outros fins², com algumas exceções previstas, claro. Tal como a proibição de “alteração de estabelecimentos de comércio e de restauração ou bebidas para fins distintos de qualquer um destes nas áreas exclusivamente pedonais, ao nível do rés do chão.”, Contrariamente, a manutenção do uso de garagem, também prevista no regulamento, não se revela positiva, pensando que esses espaços se podem transformar em espaços de utilização colectiva, como espaços de comércio que potenciem a dinamização já que esses lugares de estacionamento não responderão nunca às necessidades. E nesse sentido defendo uma política de estacionamento comum, que permita e garanta um local seguro e acessível aos utilizadores, na sua periferia imediata.

Relativamente aos elementos que ditam a imagem do centro histórico, concordo com a maioria das medidas que o salvaguarda, fazendo um alerta para a necessidade de uniformização de mais do que as fachadas. Como os candeeiros, os número da porta, os caixotes do lixo, o pavimento, entre outros, garantindo sempre essa unidade. No entanto, essas questões tem que ser cuidadosamente equacionadas, porque medidas como a apresentada que enuncia que “Todos os elementos de pedra que tenham sido destruídos devem ser substituídos por outros semelhantes em dimensões, textura, cor e tipo, sendo proibida a placagem ou forra” não só não incentivam como bloqueiam a reabilitação, pois a placagem para além de facilitar a reabilitação diminui os seus custos, promovendo o investimento.

Destaco por último as questões relativas aos elementos técnicos como antenas de telecomunicações, aparelhos exteriores de ar condicionado e antenas de TV ou ainda painéis solares e foto voltaicos. Concorro com as medidas de proibição aplicadas às fachadas mas penso que relativamente às coberturas são demasiado restritivas já que a sua implementação “é proibida, desde que visível”, o que significa uma proibição sem exceção devido às enormes diferenças de cotas existentes entre os edifícios.

Em suma, todas estas políticas e regulamentos revelam o nosso medo de perder a identidade face a este mundo cada vez mais global. Assim, é urgente que a Câmara Municipal e a Universidade reflitam sobre esta política de “cristalização” do seu património, porque ao querermos manter a cidade no passado não estamos a produzir cidade presente. E Coimbra tem que se aproveitar de todo o seu presente para construir mais hotéis para que as pessoas possam viver e conhecer a cidade, aliar o seu tecido empresarial cada vez mais à Universidade, incentivando-a e obrigando-a à procura de programas nacionais e internacionais que divulguem e a promovam. E ao mesmo tempo que tem que atrair novos cidadãos, que criar condições que permitam a permanência dos estudantes que historicamente por cá passam mas que não se mantêm. Tem que se aproveitar desse pequeno período em que cá estão, dando-lhes todas as condições e esperanças para que cá se queiram estabelecer e gerar valor. Pois, essa população temporária, é mais do que alguém a quem fazemos o favor de emprestar a “nossa” cidade. Eles são a oportunidade que temos de reavivar.

E no meu entender essa atitude tem que ter o seu foco no centro histórico, que deve ser um espaço heterogéneo, com diferentes possibilidades de escolha, seguro, convidativo e adaptado às necessidades contemporâneas. Um espaço tanto para os estudantes, como para jovens casais que se fixam na cidade, como para as famílias consolidadas que preferem um ambiente de maior “vizinhança”, como para os idosos que já vivem neste espaço e também para o crescente número de turistas que vem visitar Coimbra.

Nesse sentido, dado o momento de crise que atravessamos, cabe à Câmara Municipal, mais do que reabilitar, promover, ajudar e incentivar essa reabilitação, através de políticas inovadoras. Nesse sentido não me parecem suficientes as medidas previstas nas Áreas de Reabilitação Urbana de isenção de IMI, de IMT e dos quatro tipos de taxas municipais. É necessário que a Câmara Municipal promova verdadeiramente o seu Centro Histórico. “

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Quero fazer uma intervenção relativamente rápida.

Começo por uma viagem, viagem Coimbra pela história, Coimbra Cidade de ruas estreitas de arcos e escadinhas de áreas mediáveis, Coimbra que foi berço de nascimento de seis Reis de Portugal, assim como aconteceu aqui a primeira Universidade que é as das mais antigas da Europa. Coimbra que já foi capital do reino.

Estiveram por cá os Romanos andaram por aqui os Mouros, foi em 1871 um dos mais importantes postos ou interpostos de negócios entre a comunidade árabe e a comunidade cristã. Coimbra que foi efectivamente uma das mais importantes capitais ou regiões abaixo do Douro, Coimbra que no século XII apresentava já uma estrutura dividida entre a Alta e designada por Alta ou Almedina, onde viviam os aristocratas os clérigos, mais tarde os estudantes, a Baixa do comércio de artesanato, dos bairros ribeirinhos populares.

Desde meados do século XVI, que a história da Cidade de Coimbra passa a girar em torno da Universidade. Como já foi dito que a Universidade nasceu aqui ao lado na Rua da Sofia. Coimbra que se começou a expandir pelo século XIX depois de desaparecer algumas partes marinhas que, foram reformadas pelo nosso conhecido Marques de Pombal.

Coimbra chegou aos nossos tempos, e efectivamente durante a manhã do dia 22 de junho último, a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura da UNESCO através do Comité do Património Mundial reunido em Pnom Penh no Camboja, deliberou classificar como Património de toda a Humanidade o bem, Universidade de Coimbra Alta e Sofia.

Proposto por Portugal, por Coimbra dando o seu inquestionável valor universal e excepcional.

Foi um momento muito aguardado pela Cidade, mais do que era merecido, e que encheu de orgulho todos os coimbricenses, entre os quais eu incluo-me.

Dando como terminada esta fase deste projecto, que durava há muitos anos, há mais de 20 anos, muitos esforços tinham sido desenvolvidos e muita gente competente esteve envolvida na elaboração dos seus dossiês.

Em 2008, o reitor na altura Dr. Seabra Santos, numa entrevista que deu, apontava para um investimento de 45 milhões de euros a se realizar em 10 anos.

Agora, depois do balanço e da viagem aparece algumas dúvidas e receios.

Eu questiono.

Serão suficientes esses 45 milhões?

Como vão ser financiadas essas verbas?

Como vai ser financiado o projecto?

Como disse mito bem o senhor Presidente da Câmara, inicia-se uma nova era, em que, o trabalho de valorizar este património será ainda mais arduo é óbvio que este é um investimento à capacidade, à atracção do turismo cultural e científico, é uma área que Portugal tem e deve investir. É um projecto com números relevantes, que qualquer governante não pode deixar de os ter em conta.

Tem que se investir naquilo que se pode transformar, num investimento reprodutivo estas palavras não são minhas, são palavras do Dr. Seabra Santos aquando na altura dessa essa entrevista.

Assim, é necessário que a Câmara Municipal de Coimbra e a Universidade de Coimbra e o Governo de Portugal possam estar a altura deste reconhecimento mundial e de que isso implicará em termos de futuro.

Interrogo-me de imediato, devido ao aumento da responsabilidade que este processo será para a nossa autarquia!

Como irão ser ultrapassadas?

O Acordo assinado tem deveres e benefícios, para ambas as partes dos quais tem de ser cumpridas. Como? Isto é começar a discutir o depois, o depois deste processo é muito importante

Mas, o verdadeiro caminho e o mais difícil inevitável, começa agora, agora e a Cidade têm que se preparar para os novos desafios, e destaco alguns desses pontos na minha opinião efectivamente.

-Manter a dicotomia de cidade região;

Quem conhece e domina a história local, regional e municipal dá-se conta que a Cidade, incluindo a Universidade, sempre viveu uma dinâmica social e económica e administrativa que animou as relações entre Coimbra e as zonas periféricas, tem de ser reforçada esta dinâmica.

-Dinamizar a área turística e de lazer; turismo cultural, turismo científico, temos que aproveitar a proximidade de Fátima, com a Rainha Santa um turismo religioso, efectivamente o senhor presidente da Câmara também disse, temos que reforçar o turismo desportivo.

É importante que a Câmara de Coimbra, a Universidade e os Conimbricenses e os movimentos de cidadão tem que trabalhar todos para o mesmo objectivo.

Terceiro ponto, revitalizar a área comercial tradicional, comércio da Baixinha é importante que isto seja revitalizado, assim como a parte habitacional da Alta.

A saúde, também como foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, um poli importante a melhorar e a afirmar.

Preservar os bens patrimoniais, são imensos, algumas coisas já se fizeram outras tem-se que se fazer, o Mosteiro de Santa Clara a Velha, Museu Machado de Castro, portanto, são estes pontos na minha opinião para que, o processo tenha sucesso.

Termino pondo uma questão.

Os interessados, nós os Conimbricense, nós que estamos aqui nesta casa, ficam assim a aguardar que as instâncias que conduziram o processo forneçam indicações necessárias em tempos programáticos, tanto ao nível dos compromissos assumidos como das orientações que pretendem implementar na nossa Coimbra que a partir do dia 22 de junho é também o da Humanidade.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):

“Não vou fazer nenhuma intervenção de fundo, porque não acredito naquela velha expressão que tínhamos de apreender ou história ou latim, (.....) das coisas pequenas não cuidam os chefes.

O que vou dizer é uma coisa pequena, mas não é uma coisa pequena porque hoje em dia já não se aplica.

Aquilo que vou dizer é uma integração para permitir que o pavimento que hoje aqui percorremos difícil e trememente de dezenas de anos seja completado.

Estas palavras vão completar a história, digamos assim, deste percurso, para isso é que eu lembro e já não faço referência porque já foi feito ainda bem ao trabalho desenvolvido pelo nosso saudoso amigo Dr. Mário Nunes, e pela nossa considerada Senhora Dra. Matilde Sousa Franco, quando no Museu Machado de Castro eu lembro apenas a sessão da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 1987, na qual a proposta da Câmara Municipal foi aprovada com o aditamento da área inicial, devendo o Executivo apresentar rapidamente o resultado dos estudos técnicos complementares. Assim foi, e na sessão ordinária da Assembleia realizada e, 27 de Outubro de 1987 apenas 1 mês depois, foi aprovada com aditamento da área do Mosteiro de Celas, apenas com uma abstenções a candidatura proposta e o seu envio à Câmara Municipal para efectuar rapidamente o levantamento técnico que se imponha, apesar de tudo e apesar das idas frequentes ao Palácio da Ajuda, aí sempre me afirmaram que não tinham conhecimento de tal processo. Insistindo, insistindo atingimos a meta.

Assim, sendo termino desta vez teremos todos, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, Instituições e Cidadãos de trabalhar bem e depressa para justificar este tão alto momento e o reconhecimento para quantos activamente contribuíram para ser atingido este desidrato. “Cada hora que passa é uma pedra que salta da calçada.”

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

Património, política e pessoas

“A aprovação pelo Comité da Unesco, reunido em Pnom Penh, no passado dia 22 de junho, da candidatura de Coimbra (Universidade, Alta e Sofia) a Património da Humanidade impõe-nos algumas reflexões que, por sua vez, terão que informar as orientações políticas e as atuações concretas. Organizei-as condensadamente em três tópicos:

1 – A celebração e os compromissos

O Bloco de Esquerda congratula-se com este reconhecimento e junta-se a todas as entidades e a todos os cidadãos que entendem celebrá-lo e que, por isso, se devem sentir mais empenhados na sua valorização. Este acontecimento é, sem dúvida, um importante ponto de chegada, depois dum longo e trabalhoso processo, não isento de alguma controvérsia, porventura por não ter contemplado um leque ainda mais vasto de olhares sobre a cidade. Passado este momento decisivo e marcante na história da cidade, abre-se agora um enorme mar de oportunidades, um crucial ponto de partida que a todos nos carrega de responsabilidades. Todos reconheceremos que esta declaração de Pnom Penh constitui um excelente fator impulsionador dum programa político de intervenção na cidade, de sentido contrário ao que tem vindo a ser seguido e que tem permitido a degradação continuada do tecido urbano no nosso núcleo histórico. Este programa pretende-se participado, convergente e concertado, para que possam ser feitas as devidas

intervenções qualificadas, num projeto de longa duração, que não se caracterize por avanços e recuos, ao sabor das conjunturas políticas, económicas e até eleitorais. Há muito necessário, ele não só incidirá em todo o edificado inscrito na área definida no projeto da candidatura, como também na malha urbana adjacente, que integra o centro histórico da cidade e também nos núcleos patrimoniais mais delimitados das freguesias que estão fora dele.

2 – Um património vivo

Em segundo lugar, todos sabemos que o património físico, natural e construído, mesmo que protegido e reabilitado, não vale por si só. Ele não é inerte e não deve ser considerado somente como objeto de contemplação. A sua fruição enquanto monumento e a sua projeção para lá dos limites locais são obra duma outra linha de ação: uma política cultural coerente e consistente, que o descubra, nas suas várias dimensões, e que o reapresente aos cidadãos que aqui residem ou que o têm como referência, bem como àqueles que, provenientes dos vários cantos do mundo, o visitam todos os dias. É, pois, recomendável que, como o reconheceu a Unesco, o património imaterial (cultural e científico) ligado a este património físico seja, de facto, valorizado e dado a conhecer. Uma forma de o fazer de modo eficaz e consequente é articulá-lo com a criação cultural e artística, integrando, nesta grande tarefa, os cidadãos e as suas organizações, os coletivos informais e as entidades promotoras e produtoras de arte, nas suas diversas expressões, enfim, todos aqueles e aquelas que intervêm na área da cultura. Só deste modo a herança do passado se pode tornar viva e influir positivamente no nosso futuro: mobilizando os cidadãos e todas as forças políticas e sociais para participarem nos projetos que vierem a ser construídos, com base nos compromissos agora assumidos pelas entidades proponentes – Universidade e Câmara Municipal.

3 – Uma atenção redobrada no futuro

Por último, importa salientar que estas proclamações de intenção, que, neste momento, parecem ser consensuais, não passarão disso mesmo se, no plano nacional, o investimento público, estadual e autárquico – e também privado, mas com regras – na reabilitação das cidades e na promoção de melhor habitação para os seus cidadãos não constituir uma prioridade política. As Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU), criadas para facilitar os suportes financeiros desta ação têm sido abandonadas pelo poder central. Este atirou-as para os braços das Câmaras Municipais, entretanto exauridas, por esse mesmo Estado central, de muitos dos seus rendimentos previstos em enquadramento legal anterior. Presumem os aautos desta política que, deste modo, fora da intervenção do Estado, os interesses imobiliários afluirão e serão o grande suporte financeiro desta grande tarefa de reconstrução e de requalificação, com o atrativo de transformarem estes espaços em fontes de consideráveis meios financeiros. Este paradigma tem que ser corajosamente combatido. Alguns casos recentes da política local articulada com interesses ilegítimos devem permanecer na nossa memória como exemplos a evitar.

Em conclusão, a cidade só sairá beneficiada, enquanto lugar de democracia, se se configurarem ordenamentos jurídico-políticos que impeçam a apropriação privada dos espaços públicos e que evitem que os centros urbanos se transformem em aglomerados de ‘coutadas’ privadas que excluam os cidadãos que rejeitam ‘embarcar’ em projetos de mercantilização dos seus passos, da sua cultura e das suas vidas.

E não nos venham dizer que não há alternativa...

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O momento é solene, a presença de tão ilustres desejados convidados. Sintetizando os senhores reitores como disse o meu colega de bancada Luís Marinho, a todos os convidados quero saudá-los.

Venho referir-me à parte menos visível, mas não menos importante do património classificado da Humanidade: o património imaterial.

“Coimbra do Choupal, ainda és capital, do amor em Portugal. Ainda!”

Ainda! Esta palavra “ainda” tem hoje um significado, um alcance específico. Intemporal, no sentido do que foi sendo e continuará a ser, para todo o sempre. Para a Humidade.

Isto, como decorre do que bem se escreve, no considerando II. da Moção conjunta apresentada “ O orgulho legítimo da cidade e da Universidade e da AAC, em ter sabido manter, apesar das vicissitudes do tempo, as peças vivas das sua identidade e apresenta-las com êxito ao julgamento da mais alta autoridade cultural do Mundo”.

O Partido Socialista teve já a oportunidade de trazer à anterior sessão desta Assembleia e à sua ordem do dia um voto de louvor aprovado por unanimidade aos autores do trabalho julgado com sucesso pela UNESCO.

Agora, hoje aqui, nesta sessão extraordinária queremos também saudar e louvar os melhores intérpretes dessas “peças vivas” trazidas e mantidas no tempo, os estudantes e a sua Associação Académica de Coimbra, na qual se congregaram as suas diferentes secções culturais, recreativas e desportivas e que tanto espalharam ao mundo, o saber e conhecimento da nossa Universidade e da nossa cidade.

Associação Académica de Coimbra e os seus estudantes, que na verdade, souberam sublimemente manter viva e para todo o sempre um vasto conjunto de tradições, de práticas simbólicas, festividades académicas, cerimónias, serenatas, praxes, etc,

Lembrei-me, creiam, de trazer hoje aqui a capa e batina que não usei e as fitas que não coloquei na minha pasta de estudante, porque entrei no ano de 1969 para a nossa Universidade: Era então o tempo do “luto académico” em protesto e luta contra a ditadura que nos oprimia.

Vivificar permanentemente e no quotidiano até aos dias de hoje, tradições e praxes que cujas origens remontam a sete séculos de história, é obra meus senhores: a “Latada” primeiro a Queima das Fitas depois, marcaram e marcam a vida da nossa cidade e sobretudo o nosso comércio e turismo.

As serenatas que tantos enternecem as nossas meninas, continuam a invadir a acrópole dos sentimentos mais amorosos da pessoa humana. A recepção dos “caloiros” – os novos estudantes – a capa e batina, a pasta, as fitas e tanto mais dão o resto do perfume. As típicas residências em que alojaram e alojam; as “repúblicas”.

Podíamos continuar, mas isso era irreverência a mais. Porque temos de acabar, concluo dizendo e pedindo, que devemos afastar e desaprovar todas as manifestações ou iniciativas nas diversas vertentes, culturais ou desportivas, que de algum modo sejam susceptíveis de “desacademizar” as suas tradições, a nossa Universidade e a nossa cidade e pelo contrário aplaudir e apoiar tudo o que as mantenha e vivifiquem; é academizar.

Sr. Presidente:

Em homenagem aos estudantes, e a sua Associação Académica de Coimbra, que nos honra com as suas tradições, cerimónias, praxes e canções, este impar património imaterial, pedia-lhe, se assim for entendido por bem, que quando tivesse de encerrar esta Assembleia, o não fizesse com a tradicional frase “os trabalhos estão encerrados”, antes o fizesse, com tradicional, também, grito académico “F.R.A.”. Homenageamos assim, pois, o ESTUDANTE DE COIMBRA.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“De facto, estamos perante um momento que é histórico mas mais do que tudo, é seguramente uma nova era para a Cidade, uma nova oportunidade que não pode em circunstancia alguma ser desperdiçada, nem com politiquices, nem com atitudes mesquinhas. Não pudemos perder em circunstância alguma aquilo que tanto me foi explicado pelo ex-reitor Seabra Santos, que tanto custou a construir. Há que agarrar em conjunto que de facto promover aquilo que se conseguiu angariar em prol do interesse da Cidade, seguramente da Região e do País.

Portanto, é nossa responsabilidade proteger, preservar, e promover o património que agora é de todos, ou seja, da humanidade.

Houve aqui uma intervenção do magnífico reitor João Gabriel muito interessante.

Porque na prática o que ele disse foi isto, esta classificação não pode em circunstancia alguma ficar circunscrita ao perímetro do bem classificado. Ou seja, tem de sair essas fronteiras e tem que ir para a região, naturalmente e fiquei grato de ter falado de Souselas nomeadamente na prova de vinhos. Até este ano ao que parece choveu muito, o tempo vai muito bom e como diz o povo o tempo está a puxar pelo bago, significa que vamos ter um vinho bom e graduado. Portanto seguramente em Souselas vai haver uma boa colheita teremos uma grande prova para comemorar de facto esta classificação.

Dizer que de facto, vai ganhar a Cidade, vai ganhar a economia local, ganhou-se em prestígio que não é possível quantificar, ganhou-se em projecção que também não é possível quantificar de facto ficaremos sempre muito orgulhosos daquilo que foi conseguido e naturalmente do trabalho desenvolvido.

Para terminar, eu naturalmente como cidadão de Coimbra e também autarca de freguesia, quero aqui elogiar e agradecer o trabalho que foi feito pela Universidade, orgulha-nos a todos, bem-haja por isso, todas as equipas técnicas que trabalharam, ao senhor Prof. e ex reitor Seabra Santos foi um homem corajoso, fica na história desta cidade, ao Prof. reitor magnífico Dr. João Gabriel soube dar continuidade ao trabalho, parabéns por isso fica associado a este projecto, a esta vitória mais de Coimbra é uma vitória do País, e naturalmente ao senhor vereador Paulo Leitão que coordenou a equipa técnica da Câmara, ao esforço fabuloso do Senhor Presidente da Câmara Dr. João Paulo Barbosa de Melo. A todos eles bem hajam por aquilo que fizeram pela nossa Cidade e por nós todos.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“De qualquer forma como toda a gente entendeu, mas houve aqui algumas perguntas que foram feitas.

A primeira nota gostava de dar um lamiré daquilo que aqui foi dito, nomeadamente pela deputada Joana Martins e pelo deputado Jorge Lemos.

Temos todos a noção o que está prevista até 2018, em termos de investimentos no nosso Plano de Gestão aprovado da candidatura ronda os 127 milhões de euros.

Uma parte desse investimento nomeadamente daquele que depende da Câmara Municipal de Coimbra já está em curso neste momento está em curso e algum até terminados. A Torre de Anto está a chegar ao fim, a Ala Central do Colégio das Artes no Pátio de Inquisição está em curso, a Torre de Almedina está terminada, está a iniciar-se um Infantário na Sé Velha, e falta ainda a reclassificação da Sé velha, do terreiro da Erva e da Rua da Sofia que ainda estão na fase de projecto. Só para falar daquelas que são da responsabilidade municipal e que já estão devidamente aprovadas no Plano de gestão, não estamos a falar de coisas para o futuro é daquilo que já está e que já foi apresentado à UNESCO como compromisso.

Também gostava aqui de lembrar, e de vos dizer que no âmbito do novo do PDM, Plano Diretor Municipal em principio poderá estar pronto para aprovação final dos Órgãos Municipais no final do mês de Agosto, ou na próxima assembleia Municipal.

Ai está previsto um investimento que me parece ser da maior importância para promover a requalificação do Centro Histórico, nomeadamente o sistema de créditos de construção transaccionado. Quem fizer obras na Baixa, passa a dispor de um conjunto de créditos, ou seja, com um valor económico que tornará mais apetecível o investimento no nosso Centro Histórico. Além disso já foram baixadas 10%, as taxas urbanísticas de quem faz obras nas áreas das três ARUS. Baixa Rio, Baixa e Alta. Neste momento só se paga 10%, daquilo que se pagava há 1 ano atrás para quem quiser fazer obra.

A nossa ideia é na próxima Assembleia Municipal, passar de 10% para zero.

Isto é isentar completamente todos os investimentos, feitos nas áreas das três ARUS, no nosso centro Histórico de taxas urbanísticas.

Isto é, conhecido pela maior parte mas gostava de lembrar em resposta aquilo que disseram.

Por último uma a última nota que não queria deixar de fazer.

Há um conjunto de pessoas a quem se deve o resultado final, poderemos falar assim porque já estamos inscritos na lista da UNESCO.

Há um conjunto muito grande de pessoas, ainda há dias a Universidade, o senhor reitor Dr. João Gabriel Silva, juntou as pessoas que de alguma forma contribuíram ao longo dos anos para este resultado. Penso que foi uma lista de duzentos e tal convidados, uns deram mais outros menos, isto é uma obra colectiva, não é uma obra de ninguém, é uma obra colectiva de muita gente. No meio desse grupo estão vários os protagonistas, muitos já falaram mas se não falaram foram referidos.

Gostava eu próprio de deixar uma palavra, naturalmente aos senhores dois Reitores aqui presentes e ao coordenador da nossa candidatura ao Prof. Dr. Raimundo, à Dra. Celeste Amaro e à Direcção Regional de Cultura, sobretudo nesta fase final também tiveram um papel e muito em particular ao arquitecto Nuno Pereira Lopes, que também aqui veio ter connosco e à Dra. Paula Amendoeira, que provavelmente até agora não tinham sido referidos com a vénia com que deveriam ser.

Por último, queria dizer que, a Câmara empenhou-se nesta tarefa, mas na Câmara há pessoas e eu não queria deixar de referir aqui o nome do Eng.º Magalhães Cardoso e do senhor Eng.º Sidónio Simões pessoas que à frente de grandes equipas da Câmara Municipal, fizeram com que este nosso sonho pudesse ser realizado.

Portanto, terminando queria pedir aos convidados que não se manifestassem neste momento para pedir a esta Assembleia Municipal uma salva de palmas para todos o que se empenharam e que conseguiram estes resultados.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação o **Projecto de Resolução Comum sobre Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, Património da Humanidade** e apresentada por todos os grupos municipais e atrás transcrita. A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade e aclamação, aprovar este documento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal terminou dizendo:

“Acabo de ver uma moção aprovada pela Assembleia Municipal de Trancoso sobre a nossa Região a qual passo a ler:

”Considerando, a recente classificação da Universidade de Coimbra como Património da Humanidade pela UNESCO;

Considerando, que a Universidade de Coimbra tem um património e uma cultura e saber únicas;

Considerando, que a Universidade de Coimbra acolheu e formou a maioria dos jovens licenciados deste concelho.

A Assembleia Municipal de Trancoso reunida em sessão ordinária no dia de hoje, deliberou por maioria, expressar publicamente, o seu aplauso e o seu apreço pela inscrição da Universidade de Coimbra na lista do Património Cultural da Humanidade, facto que constitui uma honrosa distinção para o País e para a Região Centro.

Trancoso, aos 27 dias do mês de junho.””

A segunda palavra é para fazer minhas as palavras que foram ditas de um louvor às pessoas que aqui se encontram.

Eu falei pouco mas, isto não exprime o meu sentir.

O que foi dito, foi muito bem dito e eu apenas subscrevo, de louvor para quem conseguiu este feito.

Em termos pessoais compete-me a mim além da Assembleia agradecer mesmo pessoalmente por terem aceite o convite para estarem nesta sessão da Assembleia. Fico muito grato, e fica bem gravado este dia nos nossos corações, muito obrigado.”

E sendo 19 horas o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.